

PLANO DE GOVERNO/PRESTAÇÃO DE CONTAS – DELEGADO  
K.I.Q. e PEDRO BARALDI – COLIGAÇÃO A SEGURANÇA DE  
UM BOM TRABALHO.

Todo trajeto deve ser planejado antes do seu início, de forma que saibamos aonde se quer chegar. Todavia, mudanças de rotas são necessárias para aproveitar oportunidades ao longo do caminho. Da mesma forma, alterar a rota para contornar obstáculos também é importante para se chegar ao destino final da forma mais eficiente possível.

Quando se constrói um plano de governo, são traçadas rotas para se chegar a um destino almejado, um objetivo, portanto. As rotas não podem ser consideradas como um fim em si mesmo, pois, conforme dito são parte de um caminho para se chegar a algum lugar.

É preciso lembrar que os atos administrativos obedecem ao princípio da legalidade<sup>1</sup> pedra toque do direito administrativo e da gestão pública, além de estarem sujeitos às análises dos critérios de conveniência e oportunidade, quando discricionários<sup>2</sup>. É certo que o mérito administrativo varia conforme o espaço e o tempo, dessa forma, impedir a evolução de ideias não é desejável.

Em 2016 construímos a muitas mãos o plano de Governo chamado “Caminho Seguro”, que tinha como escopo conduzir a cidade de Paranavaí para um desenvolvimento sustentável através da correção de problemas históricos, melhoria na prestação dos serviços públicos e promoção do desenvolvimento regional através da geração de emprego e renda. Algumas ações foram adequadas para a realidade do momento ou substituídas por outras, mantendo sempre o mesmo norte, o mesmo destino.

As propostas foram agrupadas em tópicos, a saber:

## 1. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

---

<sup>1</sup> O princípio da legalidade decorre diretamente do artigo 37, caput, da CF/88, impondo a atuação administrativa somente quando houver previsão legal. Por esse motivo, ele costuma ser chamado de princípio de estrita legalidade. Nesse contexto, a Administração deve se limitar aos ditames da lei, não podendo por simples ato administrativo, conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações. Para tanto, depende de prévia edição legal.

<sup>2</sup> O Poder Discricionário é aquele no qual é permitido a Administração Pública praticar atos com a liberdade de escolha, pautada na conveniência e oportunidade. Meirelles diz que “discricionariedade é a liberdade de ação administrativa, dentro dos limites permitidos em lei”

2. AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO
3. ASSISTÊNCIA SOCIAL
4. CULTURA
5. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO
6. EDUCAÇÃO
7. SAÚDE
8. ESPORTE E LAZER
9. URBANISMO E INFRAESTRUTURA
10. SEGURANÇA E CIDADANIA
11. SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE.

Antes de entrarmos em cada ação proposta no plano de Governo (em ordem diversa do plano de governo), é preciso deixar claro o escopo da gestão e fazer algumas explicações para entendimento dos leigos.

**NÃO HÁ MAIS ESPAÇO PARA A FRASE “MAS SEMPRE FOI ASSIM”:**

Infelizmente, o clientelismo político criou uma falsa sensação de legalidade para atos condenáveis da administração pública que, durante anos, praticou ações ilegais que passaram despercebidas e, diante da reiteração, acabaram sendo considerada “aceitáveis” pela população, sobretudo pela casta privilegiada que sempre se manteve próxima do poder e com acesso irrestrito a esses privilégios.

É comum quando cortamos algum privilégio ilegal o argumento de que aquilo “sempre foi assim”, dando a entender que o costume administrativo, a má gestão e os favorecimentos reiterados, tivessem o poder de criar obrigações e direitos.

Conforme dito no início, o gestor público está vinculado ao princípio da LEGALIDADE, portanto, quem manda na administração é a lei e não apenas a vontade do gestor. De nada adianta a família toda ter votado no gestor ou se tratar de um privilégio ilegal concedido há décadas, nada disso cria lei ou permite o eleito desobedecê-la.

Para ilustrar, citamos a súmula 473 do STJ:

A administração pode<sup>3</sup> anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Assim, independentemente dos atos ilegais (jeitinho brasileiro) terem se arrastado no tempo, cabe ao gestor anulá-los PORQUE DELES NÃO SE ORIGINAM DIREITOS. Mas também existem casos de atos administrativos legais que, com o passar do tempo, tornam-se inconvenientes e inoportunos e podem ser revogados. Isso significa que, embora o interesse coletivo tenha sido atendido na época da edição da medida, em algum momento superveniente, o interesse público recomenda sua revogação.

Para ilustrar, vamos citar casos clássicos de Paranaíba e que se repetem, em maior ou menor escala, em outras cidades. Mas antes precisamos expor algumas classificações simples para facilitar o entendimento do ponto de vista do autor, sem apego a técnicas e formalismos desnecessários:

Gerir um município significa, resumidamente, administrar três espécies de recursos<sup>4</sup>:

1. Humanos;
2. Financeiros;
3. Materiais.

Dentro de cada uma das espécies poderíamos apontar subdivisões, todavia, para o presente trabalho, falaremos apenas da subdivisão dos recursos materiais.

**RECURSOS HUMANOS:** Como o próprio nome já diz gerir recursos humanos significa gerir pessoas, ou seja, servidores públicos. Nesse contexto, existem os prestadores de serviço terceirizados contratados através de licitações, que não deixam de serem recursos humanos, todavia, estão sob um regime jurídico diferente do servidor público concursado, que tem estabilidade no cargo (não há empregados públicos<sup>5</sup> na prefeitura de Paranaíba).

---

3 Na verdade, quando se trata de ato ilegal, o poder público DEVE anulá-lo.

4 Trata-se de uma divisão meramente didática e não baseada em doutrinas.

5 Empregado Público é aquela pessoa aprovada em concurso público, porém que responde as regras estabelecidas pela CLT é chamado celetista.

Via de regra, a gestão macro dos servidores cabe à secretaria de Administração, que possui uma diretoria de Recursos Humanos. É claro que, operacionalmente, cabe a cada secretaria direcionar e controlar as atividades dos servidores lotados na sua pasta. Assim sendo, a secretaria de Educação operacionaliza o trabalho de cada professor ou zelador de escola, enquanto a secretaria de Administração é responsável por analisar questões genéricas como tempo na carreira para concessão de “quinquênios” ou cumprimento das obrigações para declaração da estabilidade no cargo.

**RECURSOS FINANCEIROS:** A gestão dos recursos financeiros cabe, normalmente, a secretaria de Fazenda, que cuida da arrecadação dos impostos (“atividade financeira do Estado”<sup>6</sup>) e do pagamento das despesas de um município (geradas pelas atividades das outras secretarias), tais como folha de pagamento, fornecedores e/ou prestadores de serviço.

**RECURSOS MATERIAIS:** Pouco se fala ou se faz quando o assunto é gestão de recursos materiais, que podem ser divididos em móveis (veículos, computadores, cadeiras etc) e imóveis (prédios e terrenos). Politicamente, nada mais agrada aos políticos tradicionais do que inauguração de obras. O escopo desse trabalho não é tecer críticas aos que comungam dessa opinião, de que um mandato se mede pelo número de obras, mas, quase sempre, isso implica no sucateamento de prédios e veículos públicos, afinal, de que adiantaria investir em reformas e manutenções se o sucesso de uma gestão é medido pelo que se faz de novo?

Entendemos que deve haver um equilíbrio entre a construção de estruturas novas e os cuidados com aquilo que já existe, pois todos eles têm o mesmo dono: o povo. Não se pode admitir que a manutenção de prédios e veículos públicos seja empurrada para o próximo numa verdadeira “roleta russa” até que, em algum momento, o custo da reconstrução superará o das manutenções. Entre reformar um imóvel feito por outro governante (anterior) e inaugurar algo com seu nome, a maioria ainda prefere o segundo pelos reflexos políticos. É o típico dono do carro velho que não faz manutenção preventiva torcendo que ele estrague na mão do próximo proprietário. Alguns enxergam como esperteza, outros como má-fé.

#### PAUSA EXCURSIVA:

Em Paranavaí, por exemplo, o Teatro Municipal carecia de uma adequação as normas de segurança dos bombeiros, para prevenção de tragédias como o incêndio de

---

<sup>6</sup> De acordo com magistério de Hugo de Brito Machado, por atividade financeira do Estado entende-se o conjunto de atos que o Estado pratica na obtenção, na gestão e na aplicação dos recursos financeiros de que necessita para atingir seus fins. *Curso de Direito Tributário*, São Paulo, Ed. Malheiros, 2009, 1ª parte, Cap. I, nº 1.

Santa Maria, na Boate Kiss. Durante anos isso foi empurrado com a barriga, através da assinatura de sucessivos TAC's (termos de ajustamento de conduta), mas o projeto nunca fora realizado definitivamente. Quando tivemos conhecimento de tal situação mandamos interditar o referido espaço público. Fomos duramente criticados. Existiam correntes políticas que preferia correr o risco, a ser alvo de críticas imediatas.

Da mesma forma, escolas não tinham plano de prevenção a incêndios e a casa da cultura inundava a cada chuva. Não dá voto trocar telhado ou reformar escolas e creches para atenderem às exigências dos bombeiros. “O que garante eleição são as obras novas”, “sempre foi assim”.

Além da falta de gestão e olhar para construções antigas, a falta de comprometimento com terrenos e prédios públicos causa prejuízos inimagináveis para o município e causam perdas de ativos financeiros por sua exploração. Muitos imóveis acabam sendo explorados por particulares sem qualquer contrapartida de interesse coletivo (sem retorno social ou financeiro), predominando a vista grossa e o “sempre foi assim”.

Caso emblemático é o Estádio Municipal Waldemiro Wagner, que muitos acham que é do time da cidade, o ACP. Trata-se de um imóvel público historicamente explorado pelo clube privado sem qualquer contrapartida para o município que, inclusive, era o responsável pelas despesas, limpeza após os jogos etc. Não que a utilização do imóvel pelo time não fosse interessante, mas era preciso dar LEGALIDADE através de uma autorização, permissão ou concessão de uso, com direitos e obrigações muito bem definidos. “Mas sempre foi assim” e quem iria contra os apaixonados pelo time? Durante anos o clube explorou publicidade nos muros do imóvel público e nenhum centavo retornou ao proprietário, no caso, o município. Tratar de uma questão que envolve fanatismo futebolístico não é recomendável, mas é necessário. Há relatos de que a prefeitura foi responsável pelo pagamento de salário de dirigentes e técnicos, alguns deles nomeados em cargos em comissão da prefeitura trabalhavam para o time, em desvio de função.

Situação semelhante era do ginásio Lacerda Braga. Política e futebol sempre estiveram umbilicalmente ligados em Paranavaí, o fanatismo era convertido em voto e os votos eram convertidos em recursos públicos (financeiros e materiais) para o futebol. E aqueles que ganhavam com isso eram sempre os mesmos.

Então não é possível explorar publicidade em imóveis públicos? Não é só possível como recomendado, mas é necessário um procedimento que garanta a oportunidade do “Zé das couves” expor sua marca, assim como se permite ao “todo-poderoso”. Não pode um particular ou um time privado escolher quem ele quiser vender propaganda em imóvel público sem que todos tenham iguais oportunidades de participação e sem um retorno ao dono do imóvel, que é o povo (representado pelo poder público).

Todos os atos administrativos têm “forma”, e a formalização desses atos é de extrema importância para obedecer aos princípios da legalidade (exploração de imóvel público precisa de autorização) e da impessoalidade (garantir iguais chances a todos que queiram expor sua marca), sempre visando um interesse público muito bem definido, em um procedimento transparente ao alcance de todos (publicidade/transparência).

O que falar dos imóveis do distrito industrial doados para empresas gerarem empregos e que nunca saíram do papel? Décadas perdidas, terrenos tomados pelo capim sem qualquer ação do município no sentido de retomá-los para oferecê-los para outras empresas. Imóveis públicos é objeto de doação com ENGARGOS, ou seja, são impostas obrigações ao beneficiário e caso não as cumpra, o terreno deve ser devolvido. Há que se separar com parcimônia aqueles que sequer iniciaram uma empresa e permaneceram na titularidade do imóvel, deixando-o ocioso durante décadas e aqueles que cumpriram parte dos encargos e geram empregos. No primeiro caso, a retomada dos imóveis deve ser feita imediatamente. No segundo caso, há que se analisar a manutenção dos empregos e harmonizar a situação para não criar um problema social.

No tópico relativo ao Desenvolvimento Econômico constam as medidas adotadas para solucionar esses conflitos.

Portanto, quando se fala de gestão e cumprimento de metas, é necessário entender que, antes de qualquer medida, é preciso enfrentar vícios antigos e práticas obsoletas, além de desenvolver atividades complementar não prevista no plano principal.

#### ATIVIDADE MEIO X ATIVIDADE FIM

Em uma definição prática e simplista, o poder público existe para distribuir as riquezas. Pessoas pagam impostos segundo sua capacidade contributiva e esses recursos se transformam em serviços públicos, normalmente, gratuitos. Asfalto, educação pública, saúde pública, parque e praças que podem ser utilizados por todos.

E como prestar serviços gratuitos se uma prefeitura, frequentemente, não cobra por eles? A resposta é simples: Cobrando impostos. Como o nome já diz, não há opção, paga-se porque é imposto.

A título de ilustração, cabe aqui a definição de imposto:

Artigo 16º do CTN: “é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

Para explicar melhor, vamos usar o IPVA como exemplo.

O IPVA (imposto sobre a propriedade de veículo automotor) tem como fato gerador (fato que autoriza a sua cobrança) a propriedade de um veículo. É necessário entender é que a aplicação do recurso arrecadado com os impostos é “independente de qualquer atividade estatal específica”. Uma coisa é o fato que autoriza a cobrança e outro é a sua aplicação.

É comum as pessoas reclamarem da qualidade do asfalto justificando que pagam IPVA para isso (manutenção de estradas). É importante ressaltar que a aplicação do recurso arrecadado com o IPVA não está vinculada a ações específicas e vinculadas ao tráfego de veículos, pois ele é “independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

O remédio, o salário do médico e até mesmo a propaganda institucional podem ser pagos com esse recurso, da mesma forma, uma rodovia pode ser recapeada com recurso do IPVA.

Ao contrário das taxas, que devem ser utilizadas na atividade que justificaram a cobrança:

“Taxa é o tributo que tem como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”

Sem mais delongas, o que é importante sabermos para os fins desse trabalho:

O poder público é um prestador de serviços que comumente oferece serviços gratuitos, mas, em contrapartida, cobra impostos para financiar esses serviços e deixá-los a disposição da população. Independentemente de quanto cada um paga de IPTU ou IPVA, todos têm o mesmo direito de usufruir de parques, praças, estradas etc. Mesmo os mais ricos, se quiserem usar o SUS terão direito. E estar com o imposto em dia não é requisito para usá-lo.

Seguindo o raciocínio, em termos de gestão, podemos dividir as atividades do poder público em duas modalidades: atividade-meio e atividade-fim.

A atividade-meio visa angariar e administrar os recursos (humanos, financeiros e materiais) para que o serviço (atividade-fim) chegue ao munícipe da melhor forma possível e com rapidez. Quando, em uma eleição, as pessoas dizem buscar um gestor para suas cidades, querem dizer que procuram alguém com um olhar crítico para a atividade-meio que, quando bem executada, potencializa a atividade-fim e na administração pública OS FINS NÃO JUSTIFICAM OS MEIOS!

Dentro dos conceitos apresentados, eu resumiria o objetivo do poder público como prestar o melhor serviço possível (atividade-fim), com o menor tempo de resposta, resultante da boa gestão (atividade-meio) daquilo que se tem (recursos humanos, financeiros e materiais). Simples, porém, complexo.

Dito isso, vamos aos temas abordados no plano de Governo:

## MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

**PERFIL TÉCNICO:** A primeira grande mudança ocorrida através da nossa gestão foi à nomeação de Secretários de acordo com as exigências de cada cargo, colocando fim ao costume antigo de acomodações políticas. Essa medida proporcionou a estabilidade necessária para implantação de grandes projetos e o planejamento em longo prazo para o município. Todas as substituições ocorridas ao longo do mandato obedeceram a critérios técnicos, igualmente.

Não obstante o plano de governo tenha previsto a avaliação semestral dos nomeados, a análise de eficiência foi feita mensalmente através da análise dos trabalhos realizados e do planejamento de cada secretaria em longo prazo. Importante salientar que a



substituição de peças foi e pode ser necessária conforme o objetivo a longo (planejamento), a médio e em curto prazo (execução).

Outro ponto que merece ser destacado é a presença do prefeito no acompanhamento das atividades corriqueiras, bem como a execução de tarefas investigativas que proporcionaram a descoberta de ilegalidades.

A título de exemplo podemos citar: furto de merenda escolar, corrupção envolvendo o ex-presidente da Câmara (esquemas com a imprensa), operação Caixa de Pandora (favorecimento de veículos de comunicação ligados a ex-secretário), desvio de recursos da locação do teatro, má gestão dos recursos das associações de bairro, médicos atendendo no consultório particular durante o expediente etc.

**COMPRAS PÚBLICAS:** Diferentemente das empresas privadas, o poder público realiza aquisições através de processos públicos onde é assegurada a participação de qualquer pessoa que apresente requisitos mínimos. De maneira muito simplista, podemos dizer que se busca garantir a impessoalidade na contratação, dando igual oportunidade a todos que queiram contratar com o poder público, independentemente de proximidade com os gestores. Em outro aspecto, busca-se a melhor proposta (eficiência).

É importante notar que muitos órgãos fiscalizam o processo de compras (as chamadas licitações) que nada mais é do que uma sucessão de atos, praticados para aquisição de um produto ou serviço. Esse processo possui diversas fases, desde a coleta de orçamentos, por exemplo, até a abertura das propostas e entrega do produto ou a prestação do serviço.

Em razão do princípio da transparência e da digitalização dos processos licitatórios, quase todas as fases podem ser acompanhadas remotamente, pelos mais diversos órgãos de controle, desde o observatório social local até os Tribunais de Contas dos Estados e da União. Todavia, existe um momento com pouca participação dos órgãos de controle externo, que é o fornecimento do produto.

Sobre isso falaremos mais adiante. Antes trataremos um pouco da estrutura do poder executivo, para possibilitar a compreensão das medidas adotadas em nível estratégico.

Aqui é preciso falar de um fenômeno do direito administrativo que se chama DESCONCENTRAÇÃO, que não se confunde com descentralização. O objetivo desse trabalho não é servir de doutrina para estudiosos, portanto, seremos superficiais para buscar um entendimento dos leigos.

Em suma:

Desconcentração Administrativa consiste na criação de órgãos – desprovidos de personalidade jurídica – feita pela Administração Pública direta, a fim de desconcentrar as competências, dando maior força ao Princípio da Eficiência.

Esse fenômeno é expresso através da criação das secretarias, por exemplo. Seria muito difícil para um gestor administrar todas as áreas de interesse de um município, por isso se dividem e se organizam as atividades por competências, tais como, educação, saúde, cultura, assistência social etc, que se resumem em departamentos especializados em determinada matéria. Daí surge os órgãos públicos, integrantes do corpo e dependentes dele. Entretanto, quando esses órgãos não se comunicam, ocorre uma ineficiência indesejada causando prejuízos muitas vezes imperceptíveis ao erário.

Em razão dessa divisão de competências, cada órgão desenvolve sua própria dinâmica de trabalho o que acaba dimensionando suas necessidades de forma diferente do resto do corpo, que acaba não acompanhando essa evolução. Usarei um exemplo para ficar mais claro:

Imagine qual área de uma prefeitura consome mais papel? Educação, Esporte ou Saúde?

É óbvio que, pela natureza das atividades, a secretaria de Educação utiliza e, conseqüentemente, compra mais papel do que as demais secretarias. Pensando em um organismo que não se conversa, é possível que a secretaria de Educação compre sulfite mais barato que o Esporte, por exemplo, inclusive por comprar em maior quantidade. É por isso que a centralização da compra de insumos básicos (comuns) é necessária, pois não é recomendável que um organismo compre produtos com diferentes preços para áreas diferentes, afinal, todos fazem parte do mesmo corpo.

É preciso que as estruturas se conversem, a descentralização não pode significar isolamento.

#### PAUSA EXCURSIVA:

Stanley McChrystal foi o líder do exército americano responsável por combater a Al Qaeda e suas experiências deram vida ao livro *Team of Teams: New Rules of Engagement for a Complex World*<sup>7</sup>. O livro mostra que ter um esquadrão eficiente não era suficiente para vencer o inimigo, era necessário desenvolver novas táticas.

Os rebeldes liderados pelo terrorista Osama Bin Laden agiam de uma maneira muito peculiar, que não eram combatidos apenas com base na eficiência (melhores armas, logística e bons líderes). A Al Qaeda se organizava em pequenos times, sem uma liderança definida e, como trunfo, tinham informação abundante e em tempo real. A fluidez com que a informação era compartilhada entre seus integrantes fez com que o exército americano sofresse um revés após o outro. Era preciso se adaptar àquele novo inimigo.

Stanley McChrystal fez a informação fluir entre os órgãos e, com isso, aumentou a velocidade na tomada de decisão. Esse modelo foi chamado de “time de times”, tornando todos os integrantes capazes de resolver e decidir conforme a urgência.

**Novas regras da gestão**<sup>8</sup>. *Team of Teams* mostra às empresas que seu novo cenário competitivo é igualmente caracterizado pela ultravelocidade da comunicação e que, para enfrentarem seu inimigo, a eficiência deixou de ser suficiente. Isso se aplica a qualquer inimigo, seja ele a Al Qaeda, seja a falta de produtividade, de comunicação ou de agilidade que eventualmente abale uma empresa.

(...)

E, se antes a disciplina e o planejamento eram vitais, agora no topo dessa lista passou a estar à agilidade. Foi preciso, segundo McChrystal, desaprender tudo o que se sabia sobre guerra e reestruturar a forma de atuação. De um modelo hierárquico rígido, focado em planejamento e execução, a força-tarefa migrou para um modelo com compartilhamento extremo de

---

<sup>7</sup> <https://www.amazon.com.br/Team-Teams-Rules-Engagement-Complex/dp/1591847486>

<sup>8</sup> <https://experience.hsm.com.br/trails/jornada-da-gestao-de-equipes/post/o-general-e-seu-time-de-times>

informação (o que o livro batiza de “consciência compartilhada”). A tomada de decisão foi descentralizada, as barreiras entre os silos, derrubadas, e a hierarquia, abrandada.

“Abandonamos muitos dos preceitos que nos ajudaram a estabelecer nossa eficácia no século 20, porque no século 21 as regras são diferentes”, escreve o general com seus coautores. Na visão deles, esse é o mesmo caso de muitas organizações de hoje que se prepararam ao desenvolver competências para lidar com um mundo que não existe mais.

**Menos controle! E é um general quem está dizendo.** “As empresas impuseram tantos controles a seus subordinados dos quanto à tecnologia permitiu, mas as novas ameaças requerem empoderamento”, garante McChrystal. Em vez de comandar e controlar cada passo, o líder tem de afastar-se do papel de “super-homem” (o líder super-herói é “falácia”, diz o general) e tornar-se um elemento que viabiliza a sinergia da equipe.

**Menor é melhor.** Agilidade e adaptabilidade são características de equipes menores, cujos membros se conhecem de maneira mais próxima, confiam uns nos outros e têm um propósito comum, como se tivessem uma mesma consciência – a tal “consciência compartilhada”, já mencionada.

**Mais resiliência.** O livro *Team of Teams* define como **resiliência a capacidade de absorver um distúrbio e manter sua estrutura e função.** Para McChrystal e seus coautores, trata-se do melhor modo de confrontar uma ameaça. “Os modelos de administração baseados em planejamento e previsão darão lugar àqueles que priorizam uma adaptação resiliente”, reforça o texto.

A eficiência perdeu a razão de ser? Não, ela continua necessária às organizações, mas perde a prioridade para a capacidade de adaptação quando preciso. E isso exige mudança de estrutura, de processos e, principalmente, de mentalidade.

...

Na linha do que prega McChrystal, mas adaptando a nossa realidade muito mais simples do que uma guerra contra o terrorismo é preciso conferir uma alta dose de poder decisório a cada secretaria e seu responsável, no caso, os secretários municipais e dotá-los das informações em abundância. Para tanto, é preciso estar preparado para dividir poder e respeitar decisões técnicas.

É mais simples do que parece: basta nomear pessoas técnicas/capacitadas e dotá-las de autonomia (abrindo mão da última palavra, o prefeito perde “tinta na caneta”). E como controlar para que essa autonomia não seja convertida em defesa de interesses estranhos ao público? Estabelecer premissas de trabalho é o ponto chave. No poder público não há muita dificuldade, pois existe uma estrela guia, tão forte quanto *polaris*<sup>9</sup>, a CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Em seu artigo 37, a Constituição traça o básico a ser seguido por todo o gestor:

“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte (grifamos):”

Em resumo: obedecer às leis, não favorecer nem prejudicar pessoas, ser justo, transparente e buscar aquilo que atende ao interesse público da melhor forma.

Tendo tais princípios como estrela norte, não há que se perder tempo com carimbos, reuniões ou anúncios espalhafatosos, nem é necessário temer reflexos negativos no campo político, afinal, essa preocupação não deve existir quando se faz escolhas técnicas.

Outro ponto interessante quando se fala de escolha técnicas, é que devemos estar preparados para aceitar que sabemos menos do que o agente nomeado, afinal, a desconcentração administrativa, que é uma espécie de especialização, sugere que o gestor de cada secretaria (secretário) tenha mais conhecimento de determinado assunto do que aquele que o nomeia. Em casos específicos, caberão ao prefeito escolher um dos vários caminhos possíveis traçados pelo corpo técnico. Por isso a importância de conhecer o perfil de cada nomeado, por vezes, tentar impor decisões políticas acima da técnica causa instabilidade grave. Se o objetivo não for ouvir os técnicos, de que servem suas nomeações?!

No sentido de melhorar a comunicação entre os órgãos e otimizar recursos humanos e tempo, criamos um estágio inicial da Central de Compras, UNIFICANDO

---

<sup>9</sup> Polar (*Polaris*,  $\alpha$  UMi,  $\alpha$  Ursae Minoris, *Alpha Ursae Minoris*, comumente chamada de Estrela do Norte ou Estrela Polar) é a estrela mais brilhante da constelação da Ursa Menor. Com o decorrer dos séculos vem sendo usada para nortear os navegantes.

CALENDÁRIOS DE COMPRAS, ou seja, todos que desejam comprar água, por exemplo, deve observar o calendário e “pegar carona” no mesmo processo de outra secretaria. Esse mesmo rito serve para outros insumos básicos como sulfite, pneus, materiais de expediente etc. Essa cultura foi criada nesta gestão e, por estar em implantação, ainda sofre com ajustes e algumas resistências, todavia, é absolutamente necessária e deve ser incentivada mesmo diante das dificuldades iniciais que tendem a sugerir sua ineficiência. É importante ressaltar que a resistência pela mudança é o que acaba retardando iniciativas, tentando vender uma imagem ruim do novo para fortalecer o comodismo. O “sempre foi assim” nunca é bom!

Pensando no final da cadeia de compras, de nada adianta a condução de um processo licitatório até a aquisição de um produto por preço justo se, no momento da entrega, se recebe gato por lebre. E os exemplos são vários. Historicamente, sempre se questionou a qualidade do asfalto de nossa cidade. Lendas urbanas dizem que a qualidade da execução não condizia com aquilo que era contratado e pago, causando um desgaste prematuro da malha viária. Ou seja, comprava-se ouro e se recebia latão. Comprava-se asfalto e se recebia terra preta.

Considerando que muitas licitações possuem como critério de avaliação o menor preço, é comum que empresas mergulhem no preço no momento da proposta e tente maximizar seus ganhos pedindo reajuste de preço no decorrer da obra. No início da nossa gestão foi exarado um parecer normativo estabelecendo critérios rígidos para concessão de reequilíbrios em obras de pavimentação e recape, pois eventuais descontos dados na proposta vencedora acabavam sendo perdidos em pagamentos “complementares” justificados pela alta do petróleo. O nosso entendimento sempre foi pela necessidade de demonstração da *alea extraordinária*<sup>10</sup>, tese confirmada pelo judiciário após questionamento de empreiteiras que interromperam contratos condicionando a continuidade do serviço a concessão de aditivos. Era a famosa pressão, ou dá ou desce. Mas só vira refém de empreiteira quem deve!

Mesmo depois de tantas ações fiscalizatórias por parte dos órgãos de controle (com prisões, inclusive), ainda há quem se aventure em passar o poder público para trás. Nesses casos, processos administrativos, inspeções durante e depois da obra (dentro do prazo de garantia) podem garantir a reparação do dano.

---

10 A revisão está prevista no art. 65 (alínea “d” do inciso II e §§ 5º e 6º) da Lei nº 8.666/93, e objetiva a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

No que diz respeito a bens de consumo, a implantação de um almoxarifado central daria mais segurança para o recebimento dos objetos dentro dos padrões do edital de licitação. Coisas simples como qualidade de canetas, elásticos e pratos para merenda escolar sofrem tentativas de entrega de produtos de qualidade inferior (maximizando ganhos através do prejuízo ao erário).

No campo prático, regulamentamos os procedimentos para realização de pesquisa de mercado, compilando a Legislação vigente com os principais Acórdãos dos Tribunais de Contas e Orientações do Ministério Público, o que ocasionou diversidade de fontes de preços que ajudou no combate do sobrepreço em licitações. Atualmente, a regulamentação da pesquisa de mercado para utilização como preço máximo em licitações está normatizada pelo texto base do Decreto Municipal nº 20.301/2019, que dispõe sobre as fontes e a interpretação das pesquisas de mercado, desde Obras e Serviços de Engenharias, como bens comuns e medicamentos.

Através da Lei Municipal nº 7.437/2019 foi criado a Divisão de Planejamento e Gestão de Compras - DIPLAG e da Divisão de Recebimento e Estocagem de Compras – DEPREC, tais divisões possibilitaram melhor gerenciamento dos processos de solicitação, como também de organização dos estoques junto às ordenadoras de despesa. Ainda que em fase inicial, propiciou significativos avanços no planejamento de compras públicas, como também de assessoramento aos procedimentos de estocagem realizados pelos responsáveis pelo recebimento de bens nas secretarias municipais.

O Decreto nº 21.293/2020 regulamentou no âmbito municipal a modalidade Pregão Eletrônico e instituiu apresentação de planejamento de compras por parte das ordenadoras de despesa.

A licitação na forma eletrônica é predominante nas compras municipais e no ano de 2019 promoveu economia de 32%. Em termos gerais, no ano de 2019 foram licitados R\$ 65.562.060,79, com valor Homologado de R\$ 51.616.363,32, de forma a evidenciar uma economia de R\$ 13.945.697,47 (21,27%). Em 2018, economia de R\$ 21.681.000,27 (29,35%) e em 2017 R\$ 16.197.049,24 (25,58%).

**ALMOXARIFADO CENTRAL:** A existência de um almoxarifado central também possibilita um maior controle de estoque, entradas e saídas de objetos, diminuindo desperdícios e compras desnecessárias. Também é importante mencionar que cada secretaria, via de

regra, possui um responsável pelo recebimento dos bens, que recebe um adicional salarial pela função. A centralização reduziria custos pela extinção dessas vantagens salariais, uma vez que o recebimento de bens sempre foi descentralizado.

Por esse motivo, propusemos a instalação do almoxarifado central no antigo IBC, cuja execução está prevista para meados de 2021, conforme plano de trabalho decorrente da operação de crédito denominada FINISA, já em execução e que fazem parte a construção da nova capela, reforma da rodoviária e construção da nova célula do aterro.

Não obstante o planejamento inicial, e aqui me valho da metáfora de mudança de rota novamente, buscamos informações junto ao ministério da economia, que prevê a criação de mercado livre de órgãos públicos, cuja venda ficaria condicionada a entrega dentro de um prazo determinado, evitando a necessidade de estoques e, por consequência, de um almoxarifado. Em razão disso, é necessário estar atento a virtual evolução no processo de compras públicas.

**QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES:** A qualificação da mão de obra é importante para que o serviço prestado seja o mais eficiente possível, tanto no sentido de otimizar os recursos utilizados, quanto no atendimento aos anseios do cliente (município), todavia, há que se considerar que investir na qualificação pessoal do servidor tem capacidade de criar melhor ambiente de trabalho.

Além das capacitações profissionais, direcionadas as atividades executadas pelos servidores (atividade-fim), a qualificação proporcionou conhecimentos em gestão pessoal, comportamento organizacional, comunicação, marketing pessoal e orçamento doméstico, por exemplo,<sup>1112</sup>.

**INFORMATIZAÇÃO.** A implantação do GeoCidadão<sup>13</sup> transformou o modelo de gestão da prefeitura de Paranavaí, trazendo dados em tempo real para tomada de decisões, transparência, diminuição do tempo de resposta e eficiência. Através de um aplicativo de celular existe a possibilidade de concentrarmos vários serviços.

---

11 <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/presidente-do-tce-pr-abre-seminario-em-paranavai-com-450-servidores/7391/N>

12 <http://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1340077>

13 <https://paranavai.ctmgeo.com.br:10085/geo-view/index.ctm>



REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS<sup>14</sup>: No intuito de colher os anseios da população sobre o futuro da cidade, inúmeras reuniões e audiências públicas foram realizadas. É importante mencionar que as audiências públicas foram responsáveis pelo direcionamento do planejamento da cidade para as próximas décadas através dos planos de mobilidade urbana e Plano Diretor.

Mas é importante mencionar a inovação na adoção das *Lives* na página pessoal do gestor, que chegaram a reunir mais de duas mil pessoas simultaneamente, um número muito superior as audiências públicas presenciais, mostrando o potencial desse novo modelo de contato com a população.

PLANOS DE CARGOS E SALÁRIOS: Conforme deliberado em reunião, ficou definido que o Sindicato dos servidores apresentaria estudo para revisão do plano de cargos e salários.

#### ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE GESTÃO:

BOMBA DE COMBUSTÍVEIS: Visando diminuir o custo operacional das secretarias, sobretudo aquelas que utilizam maquinário pesado e transporte escolar, o município vai instalar uma bomba de combustível própria e passará adquirir combustível, sobretudo diesel, diretamente da distribuidora. Sem custo de instalação, tal obra será realizada pela distribuidora que pretende se instalar na cidade após trabalho intenso da secretaria de desenvolvimento econômico. Além da geração de empregos e impostos para o município, a parceria prevê a instalação da bomba de combustível sem custos para a prefeitura (no IBC), além do termo de cooperação para utilização do laboratório de análises de combustíveis, proporcionando ao PROCON instrumentos para melhor fiscalização da qualidade do combustível vendido na cidade.

GPS VEICULAR. Já está em teste a ferramenta de monitoramento da frota municipal através da utilização de GPS veicular. Todos os veículos do município terão suas rotas acompanhadas em tempo real, com a possibilidade de colocação de cercas eletrônicas e auditoria superveniente.

---

<sup>14</sup><https://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1339540>  
<https://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1390351>  
<https://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1389744>  
<http://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1402270>

**GESTÃO IMÓVEL:** O município possui muitos imóveis distribuídos pela cidade, fruto da construção de loteamentos ao longo dos anos, que destinam áreas institucionais. Entretanto, esses terrenos ficam sem utilização aguardando os anos para, porventura, serem utilizados. A confecção do plano diretor, somado ao georreferenciamento, traçou um panorama prospectivo de utilização ou não desses terrenos, permitindo a alienação de tais imóveis para investimentos.

Claramente, não se deve adotar a política de utilizar os recursos oriundos das vendas de imóveis ociosos para o pagamento de custeio, a boa gestão recomenda que tais recursos sejam utilizados para construção de imóveis para abrigar órgãos que pagam aluguéis e reformas de imóveis antigos.

E assim vem sendo feito.

**PROPAGANDA:** Durante os anos de 2017 a 2020, o município teve uma drástica redução nos gastos com propaganda. Também é importante mencionar que uma apuração interna encontrou um possível desvio de milionário. A suspeita de favorecimento de uma empresa de publicidade no processo licitatório, com pagamentos indevidos para veículo de comunicação vinculado ao secretário de comunicação da época foi denunciada a justiça e deu início a uma ação de ressarcimento.

**INAUGURAÇÕES:** Além de deixar de gastar rios de dinheiro com inaugurações, o município deixou de afixar placas de inauguração com nomes de políticos em obras públicas. A justificativa é a seguinte: se não cabe o nome de todos os moradores, também não cabe o nome dos políticos.

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO:** Através da aprovação de uma lei de nossa iniciativa o município deixou de pagar quase meio milhão de reais ao ano para o diário do noroeste e passou a adotar o diário oficial eletrônico, pagando apenas valores irrisórios para publicação dos atos na internet. Acabamos com o ultrapassado método de divulgação de atos oficiais que era de exclusivo interesse do ÚNICO jornal de circulação regional sediado em Paranaíba.

Dentro desse contexto, após auditoria, descobrimos que o diário oficial era utilizado, foi utilizado para justificar pagamentos indevidos pelo presidente da

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍ (gestão 2012/2016). Os fatos estão sendo apurados pela justiça.

## SAÚDE

“Na área da saúde pública (SUS), não espere um elogio pelo trabalho bem feito. Para o usuário do SUS, trabalho bem feito é sua obrigação” (Norival R Silva).

Da mesma forma que trataremos à segurança pública mais a frente, conceitualmente, a saúde pública é dividida em atenção primária, secundária e terciária. A responsabilidade por cada nível de atenção varia de acordo com o modelo de gestão da saúde adotado pelo município.

Para melhor entendimento, conceituaremos ATENÇÃO PRIMÁRIA, SECUNDÁRIA E TERCIÁRIA.

**ATENÇÃO PRIMÁRIA:** A Atenção Primária à Saúde (APS) é o primeiro nível de atenção em saúde e se caracteriza por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte positivamente na situação de saúde das coletividades. Trata-se da principal porta de entrada do SUS e do centro de comunicação com toda a Rede de Atenção dos SUS, devendo se orientar pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização e da equidade. Isso significa dizer que a APS funciona como um filtro capaz de organizar o fluxo dos serviços nas redes de saúde, dos mais simples aos mais complexos.

No Brasil, a Atenção Primária é desenvolvida com o mais alto grau de **descentralização** e capilaridade, ocorrendo no local mais próximo da vida das pessoas. Há diversas estratégias governamentais relacionadas, sendo uma delas a Estratégia de Saúde da Família (ESF), que leva serviços multidisciplinares às comunidades por meio das Unidades de Saúde da Família (USF), por exemplo. Consultas, **exames, vacinas, radiografias** e outros procedimentos são disponibilizados aos usuários nas USF.

A Atenção Primária é constituída pelas **Unidades Básicas de Saúde (UBS)**, pelos **Agentes Comunitários de Saúde (ACS)**, pela **Equipe de Saúde da Família (ESF)** e pelo **Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)** enquanto o nível intermediário de atenção fica a encargo do SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel as Urgência), das Unidades de Pronto Atendimento (UPA), e o atendimento de média e alta complexidade feito nos hospitais.

**ATENÇÃO SECUNDÁRIA:** É formada pelos serviços **especializados em nível ambulatorial e hospitalar**, com densidade tecnológica intermediária entre a atenção primária e a terciária, historicamente interpretada como procedimentos de média complexidade. Esse nível compreende serviços médicos especializados, de apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento de urgência e emergência.

**ATENÇÃO TERCIÁRIA OU DE ALTA COMPLEXIDADE:** Designa o conjunto de terapias e procedimentos de **elevada especialização**. Organizam também procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo, como oncologia, cardiologia, oftalmologia, transplantes, parto de alto risco, traumato-ortopedia, neurocirurgia, diálise (para pacientes com doença renal crônica), otologia (para o tratamento de doenças no aparelho auditivo).

Entre os procedimentos ambulatoriais de **alta complexidade estão a quimioterapia, a radioterapia, a hemoterapia, a ressonância magnética e a medicina nuclear, além do fornecimento de medicamentos excepcionais, tais como próteses ósseas, marca-passos, stent cardíaco, etc.**

**RESPONSABILIDADE DOS ENTES:** Depois de explicarmos o que abrange cada nível de atenção, é preciso destacar qual ente federado é responsável por cada uma delas:

**UNIÃO (GOVERNO FEDERAL):** A gestão federal da saúde é realizada por meio do Ministério da Saúde. O governo federal é o principal financiador da rede pública de saúde. Historicamente, o Ministério da Saúde aplica metade de todos os recursos gastos no país em saúde pública em todo o Brasil, e estados e municípios, em geral, contribuem com a outra metade dos recursos. O Ministério da Saúde formula políticas nacionais de saúde, mas não realiza as ações. Para a realização dos projetos, depende de seus parceiros (estados, municípios, ONGs, fundações, empresas, etc.). Também tem a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

**ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (GOVERNOS ESTADUAIS):** Os estados possuem secretarias específicas para a gestão de saúde. O gestor estadual deve aplicar recursos próprios, inclusive nos municípios, e os repassados pela União. Além de ser um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais de saúde, o estado formula suas próprias políticas de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível estadual, respeitando a normatização federal. Os gestores estaduais são responsáveis pela organização do atendimento à saúde em seu território.

**MUNICÍPIOS.** São responsáveis pela execução das ações e serviços de saúde no âmbito do seu território. O gestor municipal deve aplicar

recursos próprios e os repassados pela União e pelo estado. O município formula suas próprias políticas de saúde e também é um dos parceiros para a aplicação de políticas nacionais e estaduais de saúde. Ele coordena e planeja o SUS em nível municipal, respeitando a normatização federal. Pode estabelecer parcerias com outros municípios para garantir o atendimento pleno de sua população, para procedimentos de complexidade que estejam acima daqueles que pode oferecer.

Fonte: Ministério da Saúde e Secretária de Estado da Saúde

Vê-se, portanto, que a responsabilidade do ente municipal (“prefeitura” e “secretaria de saúde municipal”) tem como objetivo organizar e prestar o melhor serviço de atenção básica. De maneira compartilhada com as demais esferas de governo, organizam-se, então, as atenções secundária e terciária.

As realizações da Atenção Municipal à Saúde progredem de forma notável, o fechamento dos dados até o fim do primeiro semestre de 2020 constatou a realização de 414.000 (quatrocentos e quatorze mil) consultas médicas básicas, 214.671 consultas de enfermagem e 678.831 visitas domiciliares.

Uma das maiores necessidades manifestadas pela população, no início da gestão, era quanto ao tempo de espera para a realização dos exames especializados. Confirmado tal necessidade, a secretaria atual dinamizou as parcerias públicas e, até a data de 30 de julho de 2020, foram realizados 673.000 (seiscentos e setenta e três mil) novos exames, um aumento de aproximadamente 90% em comparação ao quadriênio anterior.

E como não poderia ser diferente, identificado a deterioração e a insuficiência da frota veicular herdada, agilizou-se os trâmites para realização de manutenção dos veículos passíveis de conserto e, com apoio dos deputados que buscam o desenvolvimento de nossa cidade, tornou-se possível a obtenção de recursos para a reposição da frota veicular municipal.

As ações direcionadas à melhoria do transporte da Saúde Municipal possibilitou a realização de 678.831 (seiscentos e setenta e oito mil e oitocentos e trinta e uma) visitas domiciliares, 47.440 (quarenta e sete mil quatrocentos e quarenta) visitas domiciliares realizadas profissionais especializados (Técnicos/auxiliares de Enfermagem) e 21.524 (vinte um mil

quinhentos e vinte e quatro mil) visitas domiciliares realizadas por profissionais de nível superior (médicos e enfermeiros).

Denotamos ainda que, com a ampliação da capacidade de deslocamento dos profissionais, a atenção primária em Saúde conseguiu realizar 32.845 (trinta e dois mil oitocentos e quarenta e cinco) atividades educativas entre palestras, reuniões e atividades coletivas para promoção da saúde.

Esses dados possibilitam identificar a verdadeira batalha enfrentada por todos os atores que compõe a assistência Municipal de Saúde.

Paranavaí é o município que mais cresce entre todas as cidades que compõem a 14<sup>a</sup> (décima quarta) Regional de Saúde. As demandas crescem e se modificam de forma constante, e a saúde populacional não tem tempo a perder.

Obras esquecidas, abandonadas e até, previamente inauguradas, tiveram atenção otimizada logo ao assumirmos a Gestão do Município, foram finalizadas 04 (quatro) obras inacabadas de Unidades Básicas de Saúde (Três Conjuntos, Parque Ouro Branco, Panorama e Zona Leste), realizamos a indispensável reforma junto à Unidade Básica José Eloy.

Reconhecendo às necessidades encontradas para uma melhor assistência à saúde de nossos munícipes, o Governo do Estado do Paraná já aprovou a **construção de uma nova Unidade de Saúde a ser realizada no distrito de Mandiocaba.**

Como os esforços realizados por toda administração visam **propiciar uma Paranavaí cada vez melhor e conforto aos pacientes que aguardam atendimento,** o Planejamento da Saúde Municipal já recebeu o aval positivo para realizarmos a cobertura da área externa de 4 Unidades Básicas que centralizam o maior os maiores fluxos de atendimento em nosso Município.

Junto à evolução na prestação dos serviços, em meados de 2018, a Secretaria de Saúde realizou uma aquisição global de materiais para a informatização das 34 unidades de assistência sob sua responsabilidade.

Foram adquiridos diversos computadores, impressoras e insumos relacionados à tecnologia de informação, processo grandioso possibilitado pela união de diversos profissionais, das mais variadas Secretarias que compõem a atual administração.

A informação dessa ação ganha notável relevância quando trazemos à tona que, a união e a capacidade técnica dos gestores escolhidos para compor a atual Administração, tornou realidade à meta de atingirmos 100% da informatização junto à Atenção Primária. A partir deste momento, o gerenciamento, a estratificação, o planejamento e a fiscalização das ações tornaram-se efetivas e, entre os diversos benefícios que a informatização traz consigo, tornamos possível a redução das desigualdades no acesso aos serviços ofertados.

Hoje, se algum cidadão tiver privilégios apenas por influência política ou por sua classe social distinta, seja furando filas de consultas, exames ou mesmo de cirurgias, podemos identificar os agentes públicos que atuaram na possível fraude para responsabilização.

**SAÚDE BUCAL:** Na área de Saúde Bucal, setor que carecia de uma Gestão mais participativa junto ao cenário da Saúde Municipal, passou por um novo planejamento técnico, fato que culminou nos expressivos dados seguintes: foram realizados 291.604 (duzentos e noventa e um mil seiscientos e quatro) procedimentos clínicos odontológicos.

As ações coletivas atingiram 460.138 (quatrocentos e sessenta mil cento e trinta e oito) indivíduos, e dentre esses, mais de 100.000 (cem mil) cidadãos foram atendidos de forma individualizada.

Além disso, a Clínica do Bebê, local que realiza o acompanhamento e prevenção das crianças de 0 a 5 anos de idade registraram 36.315 (trinta e seis mil trezentos e quinze) atendimentos.

As ações odontológicas vinculadas ao programa Saúde na Escola registraram 168.691 (cento e sessenta e oito mil seiscientos e noventa e um) atendimentos entre os escolares do município.

A atenção odontológica conta também com o Centro de Especialidades Odontológicas, repartição responsável pela continuidade dos trabalhos realizados



pela rede de atenção odontológica básica; tem como responsabilidade a prestação de serviços junto a Atenção Secundária e Terciária em Saúde.

Sua missão se pauta em realizar o diagnóstico precoce de câncer de boca, realizar ações de periodontia, de pequenas cirurgias orais dos tecidos moles e duros, de endodontia e garantir o atendimento a portadores de necessidades especiais.

O nosso Centro Odontológico realizou cerca de 22.000 (vinte e dois mil) procedimentos especializados. Mais uma vez, contando com os recursos direcionados pelos deputados que apoiam as melhorias em nossa cidade, a Diretoria de Planejamento da Secretaria de Saúde, em parceria com os engenheiros da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, conseguiu concluir o processo licitatório para a construção da sede própria do Centro de Especialidades Odontológicas.

Foram direcionados R\$ 700.000 (setecentos mil reais), de diversos repasses à Saúde. **A antiga UBS da Zona Leste, imóvel próprio situado em um dos melhores pontos da cidade de Paranavaí, será transformado para receber o novo CEO.**

Como forma de promover a formação de novos profissionais, seguindo a responsabilidade municipal de apoiar as ações de ensino, pesquisa e desenvolvimento, está a elaborar uma parceria Público – Privada, que terá como objetivo especializar cidadãos de Paranavaí e, concomitantemente, apoiar a demanda odontológica especializada que nossos municípios vierem a apresentar.

Até o final do primeiro semestre de 2020, além de todos os dados anteriormente descritos, a atenção odontológica realizou 13 novas contratações de nível superior (odontólogos) e 5 técnicos especializados em higiene dental.

**PEDIATRIA:** Nas gestões anteriores as demandas primárias envolvendo a Saúde da Criança eram centralizadas em um único local, exigindo grandes deslocamentos por parte da população. Seguindo os preceitos do SUS, a Gestão da Saúde estabeleceu o planejamento de descentralização da Saúde da Criança.

**Em uma ousada ação coordenada pela Secretária Municipal, Andréia Martins de Souza, em parceria com a Secretaria de Administração e a Controladoria**

**Municipal, efetivou-se a contratação de duas novas médicas pediátricas, tornado possível a descentralização dos atendimentos.**

As unidades satélites: **UBS's Zona Leste, Ouro Branco, Jardim Maringá, Centro, Coloninha, Vila Operária, Campo Belo, Monte Cristo, Panorama e UPA,** foram adaptadas para receber o novo fluxo dos atendimentos pediátricos.

Um mês após a implantação da estratégia de descentralização, já era visível a positividade que uma gestão pautada em conhecimento técnico pode produzir. **A ação zerou a fila de espera em pediatria.**

**PROGRAMA DO LEITE:** A crescente demanda de processos judiciais no Município de Paranavaí, na busca pelo custeio das dietas infantis especiais, demanda que se tornou abrangente nos últimos anos, estimulou a criação do Programa de Dispensação de Fórmulas Infantis Especiais – PDFIE.

Em outubro de 2017, através da Resolução do CMS-DIR-PLE 100/2017 - 25/10/2017, o Conselho Municipal de Saúde de Paranavaí aprovou a Implantação do PDFIE, assegurando o suporte nutricional indispensável às nossas crianças.

O programa proporcionou ao nosso Município a ampliação do atendimento em quase 300%, recebemos a Gestão já com dificuldade em atender 30 crianças que precisavam de dieta especial, atualmente prestamos suporte a mais de 80 (oitenta) pacientes, executando tal assistência com qualidade e agilidades nos processos. O programa possibilitou uma melhor organização nos processos de atendimento e distribuição das fórmulas, assegurando até uma significativa redução nos gastos com o serviço.

Em janeiro de 2019 o município zerou o número de processos judiciais relacionados às dietas especiais, demonstrando mais uma vez a efetividade técnica dos atores que trabalham junto à Secretaria de Saúde.

**MUTIRÕES:** Em outubro de 2017, iniciamos os trabalhos na busca de reduzir a espera referida pelos cidadãos. Foram programados mutirões nas especialidades com maior acúmulo junto à fila de espera, sendo elas: Oftalmologia, Ortopedia e Otorrinolaringologia.

A iniciativa gerou dados positivos para a organização das demandas do município. O primeiro mutirão resultou na realização de 3.695 (três mil seiscentos e noventa e cinco) consultas especializadas.

Mantendo a vertente de propiciarmos uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos de Paranavaí, e em outubro de 2018, foi realizado um mutirão exclusivo em Oftalmologia, dessa vez o resultado obtido foi de 1.458 (mil quatrocentos e cinquenta e oito) pacientes atendidos pela especialidade.

No âmbito hospitalar, atenção onde seguimos a aprimorar os fluxos até o atual momento, o Município de Paranavaí, na figura da atual Secretária de Saúde Sra. Andréia Martins de Souza e sua incansável luta para melhorar as ações da Atenção Secundária e Terciária dos cidadãos de toda nossa região, conseguiu pactuar vínculos cirúrgicos efetivos, a serem integrados junto ao Planejamento Regional Integrado.

Denota-se que, alguns municípios aguardavam desde 2012 para realizar uma cirurgia vascular, sempre na esperança de que o Estado do Paraná, ente responsável por pactuar a contratualização e executar o pagamento das ações realizadas pela Atenção à Saúde Terciária, resolvesse de forma ágil essa demanda. Hospitais com grande capacidade de absorver as demandas da nossa regional como: Hospital Memorial de Maringá, UOPECAN, Hospital Santa Clara, passaram a serem vistos como agentes indispensáveis para garantir às necessidades que nossa região apresenta.

**OUVIDORIA:** A Secretaria de Saúde, em corresponsabilidade com o Governo do Estado do Paraná, vem aprimorando os meios de comunicação junto à população. Atualmente, todos os nossos municípios cotam com a possibilidade de registrar suas dúvidas, solicitações, elogios ou mesmo reclamações, por diversas plataformas de comunicação.

Como Gestão Municipal sempre preconizou pela transparência em seus atos e pela participação popular nas decisões administrativas, a secretaria de saúde optou por manter em sua estrutura, um funcionário exclusivo e capacitado a atuar como Ouvidor Municipal da Saúde; o serviço funciona de forma contínua, sempre a seguir os horários de funcionamento da Secretaria Municipal de Saúde, todas às solicitações são registradas através do disque Saúde pelo número 160, pela Ouvidoria Municipal através do 156, pelo telefone exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde, pelo número 44 3421-1307 e pela assistência informatizada da Controladoria

Geral do Estado Paraná, através do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO), estruturado junto ao município no ano de 2018.

Até o segundo semestre de 2020 foram registrados 8.109 (oito mil cento e nove) chamados, registrados e respondidos através da ouvidoria Municipal de Saúde. A ouvidoria é um canal de comunicação direta com os usuários do Sistema Único de Saúde, sua existência assegura um instrumento de defesa dos direitos dos cidadãos e também, um meio de identificação e correção de falhas detectadas na prática cotidiana na administração da saúde Pública Municipal.

**AGENDAMENTO – REGULAÇÃO:** Desde o início dos trabalhos, o time selecionado para atuar junto a atual gestão manteve como linha guia, a capacitação técnica dos atores atuantes nos processos gerenciais.

A meta sempre foi manter pessoas capacitadas a lidar com as diversas demandas previamente identificada e todas as necessidades que surgissem no decorrer dos anos. Logo de início, sob o comando da Secretária Municipal de Saúde, Andréia Martins de Souza, foi iniciada os processos de implantação da Informatização global da Saúde. A missão determinada pautou-se em assegurar a conversão de todos os prontuários físicos existentes junto às Unidades de Saúde, em prontuários digitais. A ação vinha de encontro com as necessidades evidenciadas pelo Governo Federal, possibilitando uma maior capacidade de fiscalização dos processos realizados junto ao SUS; maior agilidade na comunicação vertical entre as diversas áreas da saúde e um passo determinante para o planejamento e execução de todas as solicitações que se acumulavam em listas físicas de espera.

No ano de 2018, forças conjuntas, dentre as diversas repartições da Secretaria Municipal de Saúde, tornaram possível a cobertura de 100% da informatização da atenção à saúde municipal; um passo determinante para o desenvolvimento de uma saúde igualitária, abrangente e resolutiva para toda Paranavaí.

A união entre as áreas técnicas da gestão e a força coletiva de todos os colaboradores envolvidos e dedicados a tornar a saúde municipal cada vez melhor, trouxe consigo a ampliação dos cadastros das famílias de nossa cidade, possibilitando a identificação das demandas subnotificadas e que careciam de inserção sistêmica de forma a serem resolvidas.

Os processos de Agendamento e Regulação foram gradativamente implementados ao Sistema Municipal de Saúde. Foram elaboradas diretrizes, protocolos, projetos de Lei, estruturação e ampliação dos vínculos especializados pactuados por intermédio do Conselho Regional dos Secretários Municipais de Saúde e Consórcio Intermunicipal de Saúde-Amunpar.

Hoje o município conta com dois médicos reguladores, profissionais que analisam diariamente as demandas especializadas, uniformizando as condutas determinadas pelos protocolos municipais dando mais transparência, agilidade e otimização dos recursos empenhados.

Os processos efetivos de regulação foram iniciados no final do ano de 2019, tendo sua ação inicial focada em resolver a significativa lista de espera com alta demanda na área especializada em ortopedia.

**CRE.** A Gestão Municipal de Saúde buscou fortalecer às pactuações formalizadas junto ao Consórcio Intermunicipal de Saúde. Esse movimento propiciou uma significativa ampliação nos atendimentos especializados a serem realizados por nossos municípios.

Dentre os serviços de especialidades realizados até final do primeiro semestre de 2020, podemos destacar: Realização de 65.128 (sessenta e cinco mil cento e vinte e oito) consultas médicas especializadas (CRE/UAM); 25.000 (vinte e cinco mil) raios-X; 18.000 (dezoito mil) exames de ultrassonografia; 5.340 (cinco mil trezentos e quarenta) tomografias e ressonâncias magnéticas; 13.912 (treze mil novecentos e doze) exames de eletroencefalograma; 77.081 (setenta e sete mil e oitenta e um) procedimentos de fisioterapia; 134.703 (cento e trinta e quatro mil setecentos e três) procedimentos e exames de especialidades realizados no CIS/CRE; 36.419 (trinta e seis mil quatrocentos e dezenove) consultas de especialidades realizadas junto ao Hospital Santa Casa de Paranavaí; 15.285 (quinze mil duzentos e oitenta e cinco) consultas especializadas e 6.609 (seis mil seiscentos e nove) exames agendados para Tratamento Fora Domicílio (TFD).

Na área hospitalar, foram realizados 14.340 (quatorze mil trezentos e quarenta) internamentos no Hospital Santos Casa de Paranavaí, 2.961 (duas mil novecentos e sessenta e uma) cirurgias de diversas especialidades realizadas na Santa Casa, além de 1.335 (mil trezentos e trinta e cinco) cirurgias oftálmicas.

A Secretaria de Saúde de Paranavaí, em parceria com o Governo do Estado e o Hospital Santa Casa - Unidade Morumbi, deliberou em prol de recurso do Estado do Paraná para equipar e colocar a unidade hospitalar em funcionamento da forma mais ágil possível.

O Hospital contará com mais 108 leitos hospitalares, centro cirúrgico e espaços para leitos de UTI, sua implantação vem para sanar diversos problemas que toda a 14ª Regional de Saúde enfrenta a tanto tempo.

**MELHOR EM CASA.** Em se falando de internamento, o Programa Melhor em Casa realizou o internamento de 1.725 pacientes, além de atendimento fisioterápico exclusivo à 705 pacientes, contribuindo dessa forma com a desospitalização de pacientes que puderam estar recebendo todos os cuidados necessários de um internamento no conforto de seu lar, além de contribuir com um melhor aproveitamento dos leitos hospitalares.

A eficácia do Programa pode ser comprovada inclusive com a premiação do Programa no XXVIV Congresso Estadual das Secretarias Municipais de Saúde do Paraná em 2018.

**CONTRATAÇÃO DE PESSOAL:** Somente na área da saúde foram contratados 137 (cento e trinta e sete) novos profissionais. Dentre os quais citamos:

- 01 Médico Plantonista Geral
- 15 Médicos Plantonistas
- 08 Médicos Clínicos Gerais
- 05 Médicos da Família
- 01 Médico Psiquiatra
- 02 Médicos Pediatras
- 34 Técnicos de enfermagem

**FARMÁCIA:** Até 2016 o horário de atendimento da Farmácia Municipal era apenas em meio período. No início da nossa gestão realizamos a contratação de funcionários e retomamos a parceria com a UNIPAR, o que permitiu um horário estendido de atendimento. Hoje a farmácia municipal atende das 08h00min às 18h30min.

Fruto de parceria com a igreja católica e a UNIPAR, a unidade farmacêutica da partilha subsidia os munícipes que precisam de medicamentos que não são contemplados pela RENAME (relação nacional de medicamentos).

Em termos de estrutura física, o antigo prédio não atendia às necessidades do público, além de ter sido realizada a locação de um imóvel com estrutura física

adequada e condizente com as necessidades da população, A CONTRAPARTIDA AUMENTOU EM APROXIMADAMENTE **R\$ - 2.769.000,00 (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E SESSENTA E NOVE MIL REAIS).**

Para adequar a gestão conforme as normas legais, criamos a Diretoria de Assistência Farmacêutica, nomeando pessoa capacitada para dirigir a nova realidade criada pela gestão.

**URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:** Depois de quase 10 (dez) anos, nessa gestão foi finalizada a construção da UPA de Paranavaí, que significou a mudança do serviço de urgência e emergência do antigo e sofrido PA para um novo e moderno prédio.

Mas, além da simples construção, é necessário que falemos mais uma vez de GESTÃO. Apenas transferir de local a unidade responsável pelos atendimentos de urgência e emergência não resolveria o problema, ainda mais se relembrarmos que a UPA de Paranavaí, da maneira que foi concebida, atenderia a 8 (oito) municípios.

O primeiro passo então foi trabalhar junto ao Ministério da Saúde para que fosse realizada a municipalização da UPA, de modo que ela atendesse pacientes EXCLUSIVOS DE NOSSA CIDADE. Através do Deputado Federal Ricardo Barros, Ministro da Saúde na época, conseguimos tal avanço ainda no ano de 2017<sup>15</sup>.

De outro lado, literalmente, tínhamos o problema com um vizinho da obra pois, por mais incrível que pareça, a UPA foi construída DENTRO DE UMA PARTE DO TERRENO VIZINHO. Essa situação precisou ser administrada e pacificada para evitar transtornos futuros de ordem jurídica.

Ultrapassadas essas barreiras burocráticas e jurídicas, a UPA foi colocada em funcionamento no dia 30 (trinta) de abril de 2019, contando com vários novos profissionais, além daqueles que já trabalhavam no antigo PA.

---

<sup>15</sup><https://paranavai.portaldacidade.com/noticias/educacao/upa-de-paranavai-tera-atendimento-exclusivo-a-populacao-da-cidade>

**Para amenizar a sobrecarga dos profissionais, conforme solicitado, implementamos a carga horária de 30h/s (trinta horas semanais), uma demanda histórica que foi consolidada nessa gestão.**

Ainda dentro da urgência e emergência, outros avanços merecem ser destacados:

#### IMPLEMENTAÇÃO DO PROTOCOLO DE MANCHESTER:

Embora os cursos para implementação do protocolo tenham sido realizados anteriormente, não houve, por parte do município, disposição para implementá-lo. Em 2017, ainda com o PA em funcionamento, iniciamos o atendimento segundo o referido protocolo, dando mais transparência e resolutividade nos atendimentos de urgência.

ESTRUTURA DE REFERÊNCIA HOSPITALAR (COMPLEXO MUNICIPAL DE SAÚDE): Com a já mencionada municipalização da UPA, investimos em equipamentos e mobiliários para estruturação da unidade, proporcionando melhor acolhimento dos munícipes. Dentre os serviços oferecidos, destacamos: ALA DE PEDIATRIA, LEITOS DE OBSERVAÇÃO, LEITOS DE INTERNAMENTO até disponibilização pela central de leitos, LEITOS SEMI-INTENSIVOS E INTENSIVOS.

RAIOS-X: Recentemente, formalizamos a contratação de empresa para realização de exames de imagem dentro da própria estrutura da UPA. Levando em consideração de que os pacientes politraumatizados encaminhados para a estrutura de emergência municipal (UPA) figuram entre os casos mais sensíveis, no sentido de diminuir as comorbidades, quando se faz necessário o paciente não mais precisa se deslocar para um serviço referenciado (externo).

A título de informação, seguem os comparativos de exames realizados e contratados a partir da nova modalidade.

SAMU: Ainda dentro do tema urgência e emergência, é preciso demonstrar os avanços do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Melhoramos a estrutura com mudança de local, posicionando a sede em ponto estratégico (próximo aos serviços de emergência e defronte via rápida – diminuindo o tempo de resposta -), sendo considerada como uma das melhores estruturas do SAMU da CIUENP.



FROTA: Na área de transportes a secretaria passou por uma grande renovação da frota e, além disso, viabilizou veículos para entidades conveniadas, conforme segue:

- Ônibus para transporte de pacientes, no valor de R\$ 450.000,00 (emenda Deputado Tião).
- 4 (quatro vans), sendo uma para a APDE, para transporte de pacientes da oncologia.
- 9 (nove) ambulâncias, sendo 4 (quatro) para o SAMU, e 5 (cinco) para atendimento dos municípios de Paranavaí.
- 1 (um) veículo para coleta do leite materno infantil, referente ao Programa Saúde da Mulher e da Criança.
- 1 (uma) unidade odontológica móvel (UOM), no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

NOVA SEDE CONSÓRCIO<sup>16</sup>: Após muito trabalho e articulações entre prefeitos integrantes do CIS/AMUNPAR e Governo do Estado com o apoio do Deputado Tião Medeiros, garantimos os recursos para a construção da nova sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde tendo como anexo a Casa do Aguardo. Ao município de Paranavaí coube a doação de um terreno de 29.000m<sup>2</sup> metros quadrados.

ENFRENTAMENTO A PANDEMIA: Em 2020, além da epidemia de dengue que vários Municípios vinham enfrentando fomos surpreendidos com a pandemia do novo coronavírus, e a Secretaria de Saúde de Paranavaí mais uma vez sai na frente, sendo o 1º Município da região a implantar o Comitê de Operação Emergencial (COE), com representantes de vários segmentos da sociedade e poder público, sendo reconhecida como uma das Secretarias de Saúde mais organizadas no enfrentamento do COVID-19 na região.

Teleatendimento – Enfrentamento Novo Coronavírus. Como é de conhecimento geral, em janeiro de 2020, fomos obrigados a readaptar os processos para assistência à saúde de nosso município. A pandemia manifestada pelo novo Coronavírus fez com que a Gestão em Saúde tivesse que se readaptar e mudar a forma da assistência empregada antes dessa grande catástrofe. Em questão de semanas, o Mundo se viu obrigado a readaptar os processos instituídos pelo comércio global. Grande potência mundial fecharam suas fronteiras na tentativa de minimizar a disseminação dessa doença letal denominada COVID-19.

---

16 <https://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1404414>

Ao final de julho de 2020, o Brasil apresentava um total de 87.052 óbitos confirmados pela Covid-19; somavam-se mais de 2.419.901 mil brasileiros infectados com o Novo Coronavírus desde o começo da pandemia.

Frente a esta assustadora realidade e seguindo as recomendações preconizadas pelo Ministério da Saúde, o município implantou a Central de monitoramento para o enfrentamento do Novo Coronavírus. No dia 24 de março de 2020 foi implantado o serviço de Teleatendimento municipal, de modo a realizar o monitoramento contínuo dos casos suspeitos e confirmados da Covid-19, bem como para dar suporte quanto às dúvidas clínicas e orientações à população. Foram disponibilizados dois números exclusivos para o serviço de Teleatendimento disponibilizados de forma a assegurar o suporte das 7h às 19h, de segunda a sábado.

O serviço conta com a assistência de médicos, enfermeiros e técnicos capacitados e, até o final do mês de julho contabilizou-se a realização de aproximadamente 15.000 chamadas ativas realizadas por médicos, e técnicos do Teleatendimento, garantindo seguimento clínico aos casos suspeitos e confirmados de infecção por coronavírus, assegurando a realização dos protocolos técnicos determinados pelo Governo Federal.

#### EDUCAÇÃO

"É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança" (Provérbio africano)

#### REFORMAS E AMPLIAÇÕES.

Ampliação do CMEI Menino Davi

Ampliação do CMEI Profa Lucilene dos Santos Rodrigues

Ampliação do CMEI N. S. do Carmo

Ampliação da Escola Hermeto Botelho

Construção do CMEI em Sumaré

#### CONTRATAÇÕES 2017 / 2018 / 2019 / 2020 - CONCURSO

#### PÚBLICO

PROFESSORES ..... 124 PROFESSORES

AGENTE ADMINISTRATIVO .....	08 AGENTES ADMINISTRATIVOS
AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL .....	42 AGENTES DE APOIO EDUCACIONAL
COZINHEIRAS .....	16 COZINHEIRAS
AGENTE DE CONSERVAÇÃO .....	18 AGENTES DE CONSERVAÇÃO
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>208</b>

**CONTRATAÇÕES**

VALE ALIMENTAÇÃO. Depois de muita luta o município instituiu o vale alimentação para vários profissionais da área da educação. Importante mencionar que existe estudo jurídico que busca alternativas que autorizem a concessão do mesmo benefício para todos os profissionais da educação, com utilização dos recursos do “novo FUNDEB”.

**Contempla atualmente 746 servidores entre Professores e Agentes de Apoio Educacional, totalizando um investimento mensal de R\$ 241.875,58 (duzentos e quarenta e um mil oitocentos e setenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos).**

**REGULARIZAÇÃO BOMBEIRO. No ano em quem assumimos a prefeitura, apenas DUAS escolas municipais a documentação necessária para funcionamento em dia. As autorizações eram expedidas com base em “compromissos” de resolução dos problemas e que sempre eram empurrados para o ano seguinte.**

Iniciamos a construção de Projetos Contra Incêndio e Pânico (PSCIP), em parceria com a Fatecie e em 2019 todas as instituições municipais (32 instituições) foram contempladas com os referidos projetos. **Em paralelo isso foi realizada a capacitação para a composição da Brigada Escolar de todas as instituições. Em 2019 todas as instituições com Brigadas Escolares constituídas e operando.**

INGLÊS NAS ESCOLAS. Foi implantado no mês de agosto de 2019, atendendo alunos do 1º ao 5º ano, em 19 (dezenove) Instituições Escolares da Rede Pública

Municipal de Educação. A oferta do inglês contempla aproximadamente 4.827 crianças, que fazem uso do material didático livros Spaghetti Kids da Marca Macmillan Spaghetti, designados por turmas e sendo utilizados de forma individual adequado a faixa etária de cada criança.

**MÚSICA NAS ESCOLAS.** A oferta de iniciação em música e musicalização iniciou no ano de 2018, contemplando as 19 escolas municipais de Paranavaí, atendendo aproximadamente 3.200 crianças do infantil 4 e 5 ao 5º ano, por meio de atividades diversificadas de **Canto Coral e Técnica Vocal, Educação Musical, Bateria e Percussão, Regência de Fanfara, Banda de Metais, Viola (Clássica), Violino, Violoncelo, Violão e Guitarra, flauta-doce.**

Para tanto foram adquiridos vários instrumentos como: Guitarras, Cubos para guitarras, Contrabaixos, cubos para contra baixo, Violinos, Violas Clássicas, Violão Popular, Bateria, Caixas, pedestais, banco e kits de prato de bateria, Repeniques, Pandeiros de couro, Tamboris, Agogôs, Shaker, Tantas, Surdos com pé, Afoxé, Kits de Xilofones, Kits de bandinha Rítmica, Escaletas, Estantes para partitura, flauta-doce, Bumbo com colete " 16", Bumbos, Surdos pequeno, Repiques, Liras 25 teclas, Quadritom Fanfara, Caixa tenor half shell, Trompa bb/Fá dupla. **Investimentos na compra dos instrumentos: R\$301.206,10 Investimentos na contratação de profissionais: R\$1.073.300,57** ( para 2018, 2019 e início de 2020)

**PRÁTICAS RESTAURATIVAS.** A fim de diminuir os índices de violência e indisciplina no ambiente escolar, fortalecer o acolhimento ao estudante, bem como consolidar seus direitos e deveres perante a sociedade, a Secretaria Municipal de Educação de Paranavaí, adota desde 2017 as Práticas Restaurativas. As quais consistem em uma ciência social que estuda o modo de como construir uma rede de relacionamentos através do aprendizado participativo e da tomada de decisões conjuntas, criando dentro do estabelecimento de ensino um ambiente saudável e positivo.

No 1º ano de implantação iniciamos o projeto-piloto com 5 (cinco) escolas municipais, os benefícios geradas nesses estabelecimentos de ensino foram tão significativos que no ano seguinte já expandimos o atendimento para as 19 escolas municipais, capacitando todas as equipes diretivas, em um total de aproximadamente 90 profissionais

capacitados no decorrer da gestão, com disponibilidade para atuarem nos círculos da paz e nas resoluções pacíficas de conflito.

Esses profissionais iniciaram o atendimento em duas salas de aula a princípio, porém no ano de 2019, já tinham experiência suficiente para uma abordagem restaurativa em todo o ambiente escolar, beneficiando aproximadamente 7000 alunos e seus familiares.

Esses momentos auxiliam as Escolas a:

Reduzir os atos de indisciplina e a prática do *bullying* dentro e fora da sala de aula;

Melhorar o comportamento humano;

Reforçar a gestão democrática e participativa;

Restaurar relacionamentos;

Reparar danos;

Encorajar o protagonismo do aluno;

Fortalecer o vínculo aluno-aluno; aluno-professor; escola-família; equipe diretiva-funcionários;

**RECONHECIMENTO FACIAL.** 39 equipamentos de reconhecimento facial, beneficiando aproximadamente 6.200 alunos e 560 profissionais da educação. Total do Projeto: R\$ 514.636,00 (quinhentos e quatorze mil seiscentos e trinta e seis reais).

**IDEB.** Através das notas do índice IDEB, nota-se a grande melhoria do ensino durante a gestão.

	2011	2013	2015	2017	2019
Nota	6,2	6,2	6,7	7,4	7,7

**EJA.** A modalidade de ensino – Educação de Jovens e Adultos – EJA, encontra-se vinculada na Escola Municipal Pedro Real localizado no Jardim Morumbi. Pra melhor atendimento à população pensando em uma localização central, desde o ano de 2017, o atendimento

da EJA passou a ser ofertada no SESC, por meio de uma parceria entre o SESC e o Município de Paranavaí onde as aulas acontecem no prédio do SESC.

Ampliamos duas turmas de EJA Fase I, que no início da gestão possuía somente uma turma e atualmente o município possui duas turmas de EJA. Fora feita uma campanha para busca ativa de alunos e estamos atendendo 44 alunos.

**APAE.** No início do ano letivo de 2017, assumimos o transporte da APAE (Instituição Conveniada), que deveria ser de responsabilidade do município conforme dispositivos legais. O município adquiriu um ônibus, totalmente adaptado e capaz de transportar até 55 alunos, desde então a Secretaria de Educação disponibiliza transporte escolar e motorista para este fim.

Formalizamos Convênio com a APAE e repassamos R\$ 698.000,00 do repasse do FUNDEB em 2019 e em 2020 serão repassados R\$ 719.000,00 (até dezembro).

**UNIFICAÇÃO NA PRETENSÃO DE VAGAS.** Hoje o cadastro de pretensão de vagas é transparente e público, podendo ser acompanhado no portal do município, evitando o chamado “fura fila” e tornando a fiscalização popular muito mais presente.

### **INVESTIMENTO ESTADUAL PLEITEADO PELO DEPUTADO TIÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS.**

Investimento na Escola Estadual Silvio Vidal de 900.000,00

Anúncio de R\$ 3.000.000,00 para o Colégio Estadual de Paranavaí previsto para execução da reforma iniciada em 2020.

R\$ 1.500.000,00 em recursos para reformas nos colégios Estaduais:

Enira Moraes Ribeiro, Col. Estadual de Graciosa, Col. Curitiba, Ceebja e escola Cecília Meireles, Colégio Flauzina Dias Viegas, Adélia Rossi Arnaldi, Col. Estadual de Paranavaí, Unidade Polo, Leonel Franca e Marins Alves de Camargo

## **OUTRAS AÇÕES:**

Aumento na gratificação dos Secretários Escolares de 20% para 30%;

Ocorreu a implantação de função de Supervisora Pedagógica nos Cmeis;

A gestão contratou psicóloga para atendimento e orientação às escolas e Cmeis;

A administração realizou o pagamento à vista de quase R\$ 2,5 milhões dos precatórios dos professores;

Recurso Federal para a construção do CMEI Avelino Dal-Prá nos três conjuntos. O recurso já está garantido (obra deferida) com assinatura do Termo, pois todas as diligências já foram realizadas, em processo licitatório e situará na Rua Mario Miola;

## **PLANEJAMENTO E INFRAESTRUTURA**

Um político pensa na próxima eleição; um estadista, na próxima geração. - *James Clarke*

Como o próprio nome já diz, PLANO DE GOVERNO visa deixar claro o direcionamento e as políticas públicas que serão adotadas por determinado governante<sup>17</sup>. Nesse sentido, é um compromisso pessoal de como será o mandato de 4 (quatro) anos. Porém, governar pensando apenas nos quatro anos de mandato, sem construir uma PLANO DE ESTADO, ou seja, um plano a ser executado a longo prazo pelo município e quem quer que seja o gestor no futuro é ser egoísta e falho.

Além de gestor, o chefe do Poder Executivo, em qualquer das esferas, deve ser um Estadista. Seguir apenas o “seu” planejamento em curto prazo sem estabelecer um projeto de desenvolvimento sustentado é, no mínimo, amadorismo.

---

<sup>17</sup> plano de governo é um documento no qual os candidatos a cargos do Executivo (prefeito, governador e presidente) informam suas principais ideias e propostas para administrar o local que se propõem a governar.

Foi pensando nisso que o município investiu na contratação de quatro grandes planos:

1. PLANO DE MOBILIDADE URBANA. Plano cujo escopo é diagnosticar problemas do tráfego presente e futuro, no sentido de direcionar investimentos, uma vez que as vias são catalogadas segundo sua importância de fluidez do tráfego.

1.1. TRANSPORTE COLETIVO: Outro foco de grande importância do plano de mobilidade urbana é fornecer dados e informações necessários para abertura de nova licitação da concessão do transporte coletivo, contendo as demandas de cada bairro e pesquisa de “origem e destino” para dimensionar os números de linhas necessárias para cada itinerário.

1.2. NOVOS CRUZAMENTOS E SEMÁFOROS: O plano de mobilidade urbana também é responsável por demonstrar os problemas atuais e futuros de cruzamentos, apresentando soluções como instalações de semáforos ou necessidades de obras ou sinalização viária específicos para cada caso.

1.3. INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS: Na mesma esteira, preparando o município para o futuro, o plano prevê e indica a necessidade de integração de sistemas de transporte, inclusive o cicloviário, propondo a criação de ciclofaixas e ciclovias em locais determinados, segundo a pesquisa de “origem e destino”.

1.4. IMPACTO DO CALÇADÃO: O município concluiu o projeto de implantação de um calçadão no centro da cidade, cujo impacto está sendo estimado no plano de mobilidade. A supressão da circulação de veículos no centro da cidade precisa ser analisado para identificarmos eventuais sobrecargas em ruas adjacentes e prepararmos as medidas de mitigação com antecedência.

2. CASO SANEPAR. Na década de 70 o município de Paranavaí transferiu o serviço de água e esgoto para a Companhia de Saneamento do Paraná. O contrato que tinha vigência por 30 (trinta) foi sucessivamente prorrogado, sem o devido processo inclusive. Diversas negociações foram realizadas no sentido de regularização da relação jurídica bem como a celebração de um novo contrato de concessão que beneficiasse, sobretudo, a população.



Restando infrutíferas as negociações, não houve renovação da concessão, cuja relação jurídica permanece de forma precária até ulterior licitação, haja vista se tratar de serviço essencial.

Importante ressaltar que o município de Paranaíba foi o precursor na defesa da população frente aos aumentos acima da inflação, autorizados pela AGEPAR e se tornou referência em todo o Estado, sendo copiado por diversas cidades.

No momento, o município está em face de contratação de empresa para auditar os mais de 30 (trinta) anos de contrato de saneamento, para estabelecer as obrigações pendentes e nortear o novo modelo de concessão que deverá ser adotado pela cidade. Um investimento de mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Como o presente trabalho se destina a uma prestação de contas, importante mencionar os passivos ambientais enfrentados pelo município nessa gestão, dentro da área do planejamento:

**ATERRO SANITÁRIO.** No início de nossa gestão, o aterro sanitário apresentava uma situação caótica e foi preciso tempo para colocar a casa em ordem. O lixo estava acumulado fora do aterro, sendo necessário um trabalho de remoção que consumiu muitos recursos públicos. As fotos falam por si só.

Com antecedência e planejamento, já estamos licitando a construção de uma nova célula para o aterro sanitário, com recursos obtidos na mesma operação de crédito que prevê a construção do IBC na segunda etapa.

**COLETA DE LIXO.** A licitação para a coleta de lixo no município se arrastava há anos, parecia haver uma dificuldade intransponível para a realização do processo de contratação, o Ministério Público interveio várias vezes. Somente nessa gestão foi possível realizar o processo licitatório, que teve como empresa vencedora a TRANSRESÍDUOS.

**BURACÃO DA VILA OPERÁRIA.** Um problema com mais de 35 (trinta e cinco) anos, nunca fora, de fato, enfrentado. Por se tratar de um passivo ambiental de grande complexidade, iniciamos com dois projetos considerados modestos, mas que nunca importantes: revitalização do espaço com a colocação de alambrados, controlando o fluxo, bem

como os incêndios que eram comuns no local e, num segundo momento, a construção de um ecoponto para o descarte correto de resíduos. Já como planejamento, foi finalizado um projeto de requalificação do local e transformação em um parque.

**PLANO DIRETOR.** Antes de qualquer construção vem um bom projeto. Uma casa sem projeto, inevitavelmente, virará um puxadinho e precisará de reformas constantes. Uma cidade está em constante evolução, portanto, ter um projeto a seguir é essencial, sobretudo para atrair investimentos, afinal, ter uma diretriz clara de desenvolvimento oferece segurança para grandes empreendimentos.

Finalizadas as considerações dos planos municipais, é digno de nota o investimento realizado na recuperação da malha viária de Paranavaí, antes castigada pelo descaso, hoje tornou-se referência no Estado. Isso pela criação de um modelo próprio de manutenção e recuperação, conforme as condições de cada via.

1. Reperfilamento
2. Recape
3. Micropavimentação
4. Tapa Buraco

**FISCALIZAÇÃO.** Outro ponto que não deve ser esquecido é a fiscalização da qualidade do asfalto, algo que não era suficientemente praticado no passado. A criação de um laboratório contendo diversos equipamentos para análise da qualidade melhorou muito as condições do asfalto de Paranavaí. Esse laboratório é responsável pela análise do produto aplicado, para conferência com as normas técnicas e do edital de licitação.

**LIMPEZA DE BOCA DE LOBO.** Um bueiro entupido pode diminuir drasticamente a vida útil do asfalto, uma vez que a água, que devia ser direcionada para as galerias através das bocas de lobo acaba acumulando na superfície, infiltrando nas camadas do asfalto, causando estragos. Sabendo disso, foi feita a aquisição de um caminhão de “hidrojateamento”. A limpeza de bocas de lobo, outrora realizadas manualmente, o que exigia um prazo considerável para a execução do serviço, passou a ser realizada com apoio do referido equipamento, otimizando o serviço.

Do ponto de vista da infraestrutura municipal é importante não passarem despercebidos os investimentos em galerias em todo município, a saber:

Buracão do São Jorge (Beckauser)

Rua Bahia

Asempar

Coloninha

Novos Conjuntos

Flávio Ettore Giovine;

## AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO

Não existe dúvida quanto à importância do agronegócio para nossa região e para nossa cidade. Potencializar essa vocação é, sem dúvida, garantir o desenvolvimento e a geração de empregos. Mas é preciso começar do começo.

Grande parte da produção rural é escoada por vias de terra (estradas rurais), que somam mais de 600 (seiscentos) quilômetros dentro do nosso município. De nada adiantaria termos uma produção que não pudesse ser escoada com eficiência, gerando aumentos dos custos em razão da dificuldade do transporte.

Pensando nisso, nossa prioridade foi a readequação das estradas rurais, o que demandou o incremento do orçamento da secretaria de agricultura e a compra de maquinário adequado para tal atividade. Foram adquiridos novos maquinários e mais de 300 km (trezentos quilômetros) de estradas rurais foram readequadas, muitas delas receberam cascalho, algo inédito para o município.

Uma vez um plano de recuperação das estradas rurais, foi necessário buscar iniciativas que pudessem absorver a produção dos nossos agricultores, pensando nisso, buscamos a instalação de um CEASA em Paranaíba. Na condição de presidente da Amunpar, acompanhado do Deputado Tião Medeiros e de vários prefeitos da região noroeste, estivemos em Curitiba para tratar da instalação de uma sede do Ceasa em nossa região para alavancar a produtividade do setor agropecuário, uma vez que a região Noroeste tem um grande potencial de produção. Após avaliação, concluímos que exista a viabilidade de implantação apenas em nível regional, requerendo o fortalecimento do setor produtivo antes de ações de investimentos pontuais,

além de, atualmente, não existir oferta suficiente para o abastecimento – em quantidade e em diversidade.

“Disse na semana passada, quando fui eleito presidente da Amunpar, que a instalação de uma sede do Ceasa na nossa região é um dos nossos objetivos. Por isso rapidamente vim a Curitiba para uma visita. Nossa região é extremamente rica e seria muito importante conseguirmos novas políticas públicas que alavanquem ainda mais a produtividade desse setor”, avaliou KIQ.

Para Tião Medeiros, a região Noroeste tem um grande potencial de produção, mas que muitas vezes não é explorado em sua totalidade. “Estamos trabalhando para fazer esta ligação entre o pequeno produtor e o mercador consumidor, buscando assim alternativas de renda para o homem do campo”, explicou o deputado.

Durante toda a visita, KIQ, Tião Medeiros e os demais prefeitos foram acompanhados pelo diretor-presidente da Ceasa, Natalino Avance de Souza, e com o diretor técnico do órgão, Éder Eduardo Bublitz. Outra demanda discutida pelo deputado foi a aproximação de produtores da região Noroeste com os centros de distribuição do Ceasa no Estado, que tem como objetivo melhorar a distribuição de produtos do Noroeste em todas as regiões do Paraná, principalmente da mandioca de mesa, laranja, abacaxi e hortifrutigranjeiros <sup>18</sup>.

Uma vez trabalhadas a questão logística de escoamento e de absorção da produção, era necessário olhar para os pequenos produtores, sobretudo para nossas vilas rurais. Primeiramente fora feito um estudo para identificar quais lotes ainda eram destinados a agricultura familiar e aqueles que realmente possuíam algum tipo de cultura receberam incentivos da secretaria de agricultura.

---

18 Reportagem completa em <http://www.paranavai.pr.gov.br/noticias/1344204>.

Em segundo lugar, da mesma forma que os outros produtores sofriam com estradas rurais intransitáveis, muitas vilas rurais tinham vias internas em péssimas condições. Em razão disso, foram realizados trabalhos de readequação e melhorias estruturais.

Para finalizar, trabalhamos no sentido de criar um método de regularizar a propriedade das vilas rurais, haja vista que os documentos definitivos de posse nunca foram emitidos. Após muitos estudos e trabalho voluntário, porém especializado da Sr. Tereza Rossato Gomes, encontramos um caminho para a **regularização fundiária das vilas rurais**. A primeira vila contemplada será a Vila Rural São João, na estrada velha de São João do Caiuá.

Nosso plano de governo previa a reativação do **projeto de inseminação artificial**, todavia, estudos apontaram para a inviabilidade da medida e o mesmo foi substituído pela inserção da suinocultura, responsável pela vinda da empresa **AGROCERES PIC** para nossa cidade., não obstante, a readequação das estradas rurais favoreceu grandemente a bacia leiteira, sobretudo nos distritos.

Dentro do contexto de fortalecimento do agro em nossa cidade, inclusive dos pequenos produtores, foi implantado o **SIM (SERVICO DE INSPECÃO MUNICIPAL)** que regulamenta e permite a venda de produtos de origem animal para todo território municipal, dentro das normas sanitárias. Como ação complementar, solicitamos que o Instituto de Desenvolvimento Rural, realizasse um estudo de viabilidade para a implantação de um Mercado Rural, a fim de criar um novo canal de comercialização para os pequenos produtores que com a implantação do SIM poderão vender seus produtos no mercado formal e valorizar a produção e a industrialização local.

## ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social tem papel indispensável para amparar as pessoas em situação de vulnerabilidade. É certo que, quando o poder público falha ao não distribuir oportunidades em iguais condições a todos, é papel da assistência social dar suporte as pessoas com necessidades.

Importante lembrar que o poder público pode oferecer serviços de forma direta, ou seja, quando ele mesmo, através de seus servidores presta determinada atividade, ou indiretamente, através de terceiros. São órgãos da assistência social, vinculados a prefeitura e que prestam serviços diretamente a população:

Através de convênios com o poder público (chamamentos), diversas entidades prestam serviços a população, contando com o apoio financeiro do município.

Em 2017, não existiam critérios objetivos como parâmetro para repasses às entidades, possibilitando que emendas parlamentares de vereadores incrementassem o orçamento sem incremento do serviço ou ampliação do atendimento, uma flagrante violação ao princípio da impessoalidade (ao passo que os incrementos ocorriam em virtude da maior ou menor proximidade da entidade com membros do legislativo). Diante desse cenário escorregadio, iniciamos uma política de equilibrar os repasses estabelecendo critérios objetivos, conforme o tipo de atividade de cada entidade.

A equalização dos repasses vem acontecendo progressivamente com a concessão de reajustes sucessivos com diferentes índices até os que recebiam menos cheguem no mesmo patamar daqueles que recebiam mais, sempre guardando como piso a inflação.

Dito isso, falaremos dos equipamentos do município:

CRAS: Após análises de planilhas de atendimentos da secretaria de assistência social foi possível perceber uma divisão disfuncional dos atendimentos entre os referidos equipamentos. Em resumo, alguns funcionavam com sobrecarga e outros em situação de conforto pela baixa procura. Diante desse cenário, após aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social, procedemos a redistribuição das demandas e criamos o **CRAS volante para otimizar os** atendimentos em áreas mais afastadas.

Houve a desativação física de um prédio, mas os atendimentos foram redirecionados e redimensionados, buscando os princípios da eficiência e da boa gestão. Com isso, criamos o CRAS itinerante, que hoje atende comunidades antes desamparadas.

Insta acentuar que a equipe volante “não substitui o CRAS em território que demande sua implantação, pois constitui, exclusivamente, equipe adicional integrante do CRAS a que se vincula” (Art. 3º, § 2º da Portaria MDS 303, de 11/11/2013). Sendo assim, a Equipe Volante constitui equipe adicional integrante do CRAS Jardim Maringá e atende as áreas rurais do município de Paranavaí, a Vila Rural Águia Dourada, Vila Rural Nova Vida, Vila Rural São João e distritos, sendo estes o Distrito de Graciosa, Distrito de Mandiocaba, Distrito de Piracema e Distrito de Quatro Marcos.

Relevante lembrar que todos os estudos necessários para a substituição das **cestas básicas por cartão-alimentação** foram feitos (visitas a outros municípios, aprovação do Conselho de Assistência, estudo de impacto e elaboração de projeto de lei), porém, por estarmos em ano eleitoral, entendemos prudente deixar a implantação para o período pós-eleição, evitando assim, litígios por parte de adversários.

Ainda em relação à alimentação, está em construção o primeiro **restaurante popular de Paranaíba**, na Vila Operária. Um investimento de aproximadamente R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e que vai servir aproximadamente 500 (quinhentas) refeições diárias para os necessitados.

Em parceria com Agricultura e Saúde foram implementadas **hortas comunitárias** em vários pontos da cidade.

No que diz respeito à política de **abrigos para crianças**, houve a regularização do quadro funcional do abrigo anjo da guarda, que hoje trabalha dentro da mais estrita legalidade. No que tange aos **abrigos de adultos**, diante da alta rotatividade, do ponto de vista administrativo e para melhor gerenciamento dos recursos, optou-se pela compra de vagas em hotéis.

A Prefeitura Municipal de Paranaíba lançou em dezembro de 2018 o concurso público para o provimento de cargo efetivo, entre os cargos ofertados foram apresentados no edital alguns cargos com prioridade para o Abrigo, sendo eles: cuidadores; assistente social e motorista, contudo, foi verificada a necessidade de convocação de outros cargos além do exigido pelas orientações do serviço, sendo para o cargo de pedagoga (acompanhamento pedagógico dos acolhidos) e ajudante geral (manutenção e conservação da residência).

Desse modo, após a homologação do concurso foram convocados para o Abrigo no ano de 2019: 01 Assistente Social; 05 Cuidadores; 01 Motorista; 01 Ajudante Geral, em relação ao ano de 2020 foram convocados: 04 Cuidadores e 01 Pedagoga, sendo o total de 15 convocações após o concurso público.

Outra ação importante a ser destacada em 2019 refere-se à capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social de todos os níveis de escolaridade. Foram oferecidas mais de 200 horas de capacitações presenciais, abordando temas relativos aos serviços, programas e projetos, bem como temáticas relacionadas a ética e postura profissional frente ao atendimento do público da assistência social e principalmente aos servidores do Abrigo.

Destacamos que a Secretaria Municipal de Assistência Social iniciou no mês de maio de 2020, um novo serviço de acolhimento municipal para crianças e adolescentes - **Família Acolhedora**, desta forma, além do novo serviço mencionado, o município já executa o Serviço de Acolhimento Institucional – Abrigo Anjo da Guarda, sendo dois serviços direcionados ao acolhimento de crianças e adolescentes encaminhadas em medidas protetivas por determinação judicial, ressalta-se, que cada serviço compõe uma equipe técnica própria exigida pelas orientações, no entanto, o Abrigo Institucional Anjo da Guarda continua como a porta de entrada do acolhimento.

Outra ação importante a ser destacada, refere-se à capacitação dos trabalhadores do SUAS de todos os níveis de escolaridade. Foram oferecidas mais de 200 horas de capacitações presenciais, abordando temas relativos aos serviços, programas e projetos, bem como temáticas relacionadas a ética e postura profissional frente ao atendimento do público da assistência social. Também foram contemplados nas capacitações, os trabalhadores das Organizações da Sociedade Civil e Conselheiros Tutelares.

## CULTURA

É inegável que a cultura de Paranavaí sempre foi um movimento forte, em boa parte pelas lutas e pelo trabalho da classe artística. Embora a intenção da gestão fosse ampliar as oficinas livres nos bairros, percebemos que tal abordagem não produziria os efeitos esperados, pois a frequência dos alunos era muito baixa e os casos de evasão eram muito grandes. Criava-se um projeto sem demanda sustentada, ou seja, no ato da matrícula, várias pessoas procuravam o curso, mas no decorrer do tempo a maioria abandonava as oficinas.

Infelizmente, em razão da gratuidade de grande parte dos serviços públicos, como é o caso das oficinas, a população se sente a vontade para abandonar cursos e pouco cuidam daquilo que é oferecido. Diferentemente daqueles que pagam por determinado serviço e se sentem compelidos a frequentá-lo, para fazer valer cada sentado pago. Essa é uma realidade insofismável.

Também é importante mencionar que, em razão do processo de contratação seguir um modelo de lei federal, em muitos casos, a empresa vencedora era de fora da cidade e contratava os artistas de Paranavaí por preço muito abaixo do mercado. A solução para isso



foram os editais de cultura, que trataremos mais adiante. Uma adequação ao modelo proposto, que atende ao mesmo fim, com uma eficiência em termos de resultado muito maior.

Outro aspecto a ser levantado é que existem determinadas áreas que possuem maior procura, e isso deve ser levado em conta. De nada adianta oferecer vagas em excesso em determinado curso ou instrumento, cuja procura é pequena, enquanto outro tem uma grande fila de espera. É preciso equalizar as vagas conforme a demanda.

Nem sempre isso agrada aos artistas, mas a cultura deve ser analisada, também, do ponto de vista do usuário e não apenas como programa de geração de renda para em vive daquela atividade ou instrumento específico. O artista é o meio (flecha) e a população é o fim (alvo) da cultura. Não se pode caminhar para o clientelismo cultural e esperar que o poder público (arqueiro) sustente e crie programas apenas focado em produzir renda aos artistas, de forma parecida com o que ocorreu com a Lei Rouanet durante anos. Lançar uma flecha apenas pelo prazer de vê-la voar é bonito, porém temerário.

No que diz respeito aos artistas, caberia ao poder público criar o ambiente (arco) para desenvolvimento da cultura no município, cabendo a cada um, de forma individual, aproveitar-se desse cenário para projetos que promovam o acesso à cultura pelos munícipes. O contrário disso nada mais é do que assistencialismo.

Em uma cidade de médio porte como a nossa, é comum que o círculo artístico tenha grandes vínculos entre si, o que pode, involuntariamente, criar uma pessoalização no trato com a coisa pública e a confusão entre o público e o privado. Houve um caso ocorrido em gestões passadas e apurados na nossa gestão que comprovam tal prática. Embora sob um viés permissivo possamos enxergar uma conduta que visava o melhor para os artistas, o agente público deve ser impessoal e seguir o princípio da legalidade.

No sentido de democratizar o acesso tanto ao teatro quanto a casa da cultura, foi preciso enfrentar problemas históricos de adequação de projetos e reformas. A casa da cultura passou por reforma com recursos públicos que consistiu em troca de toda parte elétrica, telhado e substituição de forro, pois a precariedade desses aparatos sugeria uma tragédia iminente. Ainda no que tange a casa da cultura, através de captação de doações e trabalhos voluntários, foi realizada a mudança de layout interno e reforma dos espaços, com pintura, além de substituição e colocação de pisos.

Dentro da casa da cultura foi criada a produtora “Surucuá Records” em alusão ao “Negão do Surucuá” tendo como primeiro trabalho a produção da releitura do hino de Paranaíba. A produtora, talvez a primeira iniciativa nesse sentido no Brasil, servirá para ensinar toda a cadeia que envolve a produção de músicas profissionais.

FESTIVAIS - O grande Patrimônio Cultural da Cidade Poesia, que acontece ininterruptamente desde 1966, em 2018 já com o objetivo de popularizar o festival, o evento aconteceu na Praça do Teatro (Centro Cultural Rodrigo Ayres de Oliveira).

Em 2019 recebeu um total de 1.118 inscrições, foram recebidos trabalhos de 296 cidades de 25 estados brasileiros, além de inscrições da Argentina, França e Japão. A organização desta edição iniciou em fevereiro de 2019 com uma série de reuniões abertas ao público (artistas e apreciadores do festival), com a finalidade resgatar o público do evento.

Nas reuniões tiveram presentes várias gerações de artistas. Opiniões, sugestões e relatos de experiências, garantiram algumas mudanças, entre as quais destaco: - A mudança de local: A maior parte da programação aconteceu na Praça dos Pioneiros, um local de fácil acesso e com uma ótima estrutura para comportar o evento; - Mudanças técnicas no regulamento que garantiram uma maior dinâmica na interação de música e poesia; o público respondeu positivamente a essas importantes mudanças e tivemos o maior público dos últimos 20 anos.

Outros Festivais importantes: Festival de Culturas Populares, Festival de Dança, Festival de Bandas e Fanfarras, Dia do Rock, Dia do Artista e Mostra de Artes de Paranaíba, sem falar do grande FESTIVAL DE ANIVERSÁRIO DA CIDADE.

EDITAIS DE CULTURA. O Edital de apoio a Cultura em 2019 disponibilizou 80 mil reais em premiação para projetos culturais de proponentes da cidade de Paranaíba. Foram premiados 7 projetos em diversos seguimentos da cultura. Importante lembrar que foi criado o projeto “INCUBADORA DE PROJETOS”, uma espécie de tutoria aos artistas que queiram aprender como inscrever seus projetos para acesso aos editais municipais, estaduais e federais.

CULTURA NO PERÍODO DE PANDEMIA. O desafio era enorme, o momento em que a população mais precisava de acesso à cultura para cumprir o isolamento social, os artistas e as ações culturais estavam com muitas restrições e a grande maioria sem a possibilidade de acontecer por gerar aglomeração. Algumas providências:

Acionamos o Conselho Municipal de Política Cultural que passou a fazer parte do COE Social, para mapear os artistas trabalhadores da cultura que estivessem precisando de ajudas emergenciais (alimentos, materiais de higiene, remédios e etc).

Reavaliamos nossa agenda, adiamos alguns eventos e reestruturamos outros para que pudessem acontecer de forma remota, como por exemplo, o 55º FEMUP que foi adiado para os dias 03 e 04 de dezembro e irá acontecer de forma remota. - Incubadora de projetos e as reuniões ordinárias do Conselho de Cultura continuaram acontecendo, porém, realizadas pelo google met.

Implantamos a Biblioteca Delivery.

Criamos o “Festival Cultura em Casa”, que tornou referência em toda região, premiando artistas e possibilitando que toda população tivesse acesso a conteúdos culturais de vossas casas, foram 56 premiações e mais de 200 mil pessoas alcançadas.

Passamos a produzir material em audiovisual com conteúdos culturais como: dicas de brincadeiras, dobradura, contação de história, declamação de poesia, música e outros. Esses materiais alcançaram mais de 70 mil pessoas.

CENTRO MUNICIPAL DE CULTURA. Está em fase final de aprovação na CAIXA ECONÔMICA o projeto de construção do centro municipal de cultura, cujo modelo de governança deverá ser o mesmo dos equipamentos culturais de Curitiba, que possui o ICAC (Instituto Curitiba de Arte e Cultura).

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO

A chave da melhoria da cidade está no desenvolvimento econômico. Não haverá recursos disponíveis para investimentos em áreas como saúde e educação caso a atividade econômica esteja em colapso.

Nosso planejamento seguiu a seguinte linha de trabalho:

1. Criação de um ambiente propício para atração de investidores;
2. Regularização do distrito industrial existente e planejamento para construção de um novo;
3. Qualificação de mão de obra
4. Apoio aos micros e pequenos empresários
5. Criação do parque tecnológico

**CRIAÇÃO DE AMBIENTE PROPÍCIO.** Inicialmente, criamos um material de divulgação do município e enviamos as representantes de governos estrangeiros no Brasil, além de fazer contato com empresas que, segundo artigos especializados, tinham perspectivas de expansão nos próximos anos.

Em 2019 o município foi contemplado pelo projeto “VOE PARANÁ” e passou a ter voos regulares para a Capital do Estado. Sem dúvida, um avanço significativo para o desenvolvimento econômico da cidade, tendo em vista a facilidade de deslocamento de empresários e pessoas que desejam realizar negócios na cidade.

Além disso, investimentos em infraestrutura e zeladoria proporcionaram uma nova imagem da cidade, sobretudo para atração de investimentos externos, deixando a cidade limpa e habitável e atrativa aos olhos dos investidores.

**REGULARIZAÇÃO DO DISTRITO INDUSTRIAL** Para entendimento mais claro é preciso fazer uma digressão histórica e esclarecimentos técnicos:

O distrito industrial de Paranaíba (no Sumaré) foi inaugurado na década de 90 e teve os primeiros terrenos doados e concedidos no mesmo ano. Todavia, é preciso esclarecer que toda doação de interesse público deve atender ao INTERESSE COLETIVO.

Isso significa dizer que imóveis doados e concedidos pelo município devem atender ao interesse público que, no caso do distrito industrial, seria a geração de empregos e, indiretamente, o aumento da arrecadação. Permitir que terrenos públicos doados e concedidos a terceiros sirva para especulação imobiliária beira ao absurdo.

Diante dessa premissa, estabelecem-se encargos ao donatário, que não passam de contrapartidas pelo recebimento do imóvel a título gratuito.

Pois bem, muitos desses terrenos NUNCA geraram empregos e sequer cumpriram o encargo de edificar dentro do prazo estabelecido no instrumento público de concessão.

O parque industrial existente teve todos os contratos revisados. Ao todo foram 17 imóveis sem a destinação correta que foram retomados pela administração, contratos que estavam vencidos desde 2012 a 2015. Com essa retomada, possibilitou a instalação de novas empresas e a geração de mais empregos e mais renda para o município de Paranavaí através dos imóveis que antes estavam parados, sem a devida destinação.

Destes, 11 (onze) imóveis já foram ocupados por empresas vindas de outras cidades e estados dos quais estão finalizando sua instalação. O município finaliza a parte documental para realizar a licitação de todos os imóveis. A implantação do novo parque industrial foi analisada através do Plano Diretor Municipal.

Dentro do conjunto de atração de novas empresas e fortalecimento das pequenas empresas já estabelecidas em Paranavaí, nossa cidade sempre foi destaque estadual na geração de empregos, inclusive no ano de 2018 e 2019 estando entre as cinco maiores cidades geradoras de emprego do Estado do Paraná.

Foi instituído o **Programa Paranavaí Compra Aqui** para fomentar o comércio local através de compras públicas, sobretudo os pequenos comércios dos bairros e, através da Lei 050/2019, instituímos o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e as empresas de pequeno porte no âmbito do Município.

A Prefeitura de Paranavaí possui um convênio com o SEBRAE para a realização da capacitação das empresas de Paranavaí. O convênio tem como objetivo a capacitação dos empresários através de cursos gratuitos para realizarem todo o trâmite comercial e empresarial de cada segmento, sendo realizadas mais de 70 capacitações durante a gestão.

Duas medidas previstas no plano de governo na área do desenvolvimento econômico foram moduladas para atender melhor ao interesse público:

No lugar de oferecer créditos a juro zero, o município criou o fundo de garantias, uma vez que os pequenos empresários não tinham como obter financiamentos pela falta de “aval” e agora o município, através do fundo criado através de lei, é quem oferece a garantia para o crédito obtido nas instituições financeiras.

Outro ajuste importante diz respeito ao oferecimento de cursos. A princípio prevíamos o treinamento para trabalhadores, entretanto, entendemos que seria mais assertivo qualificarmos os desempregados ou darmos oportunidade para que eles se tornassem empreendedores e donos dos próprios negócios. Diante disso, firmamos parceria com o SENAC e disponibilizamos diversos cursos que possibilitaram qualificação profissional e colocação no mercado de trabalho.

A administração atuou como facilitadora para atração de novas empresas, o que fica evidente pelo saldo positivo de novas empresas abertas no município e também através do reconhecimento do SEBRAE à nossa sala do empreendedor com os selos bronze, prata e ouro nos anos 2017, 2018 e 2019 respectivamente.

Com a ideia de apresentar as potencialidades da nossa cidade, e todas as possibilidades que ela oferece, e ainda capacitar os empresários (micro, pequenos e grandes) para que eles consigam crescer e prosperar, foi realizado 1º Fórum de Atração de Investimentos, no qual inseriu a cidade na rota de atração de grandes empresas.

Durante a gestão iniciou-se a implantação do PARQUE DE AGROINOVAÇÃO DE PARANAÍ – AGRO+i com o objetivo de otimizar as potencialidades das cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais do Noroeste do Paraná, acelerando e qualificando o desenvolvimento tecnológico da região com a criação e atração de empresas de base tecnológica nesses segmentos, geradoras de postos de trabalho de qualidade para os talentos da região, criando uma verdadeira “indústria do conhecimento” agregadora de conteúdo tecnológico e cultura da inovação.

A proposta de elaboração do projeto de implantação do PARQUE DE AGROINOVAÇÃO DE PARANAÍ – AGRO+i, visa a implantação de um ambiente favorável para o desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica.

Foi criada a Lei 4.806/2020 que dispõe sobre mecanismos e medidas de incentivos à inovação e à pesquisa tecnológica e à consolidação dos ambientes de inovação nos setores produtivos e sociais no Município de Paranavaí e dá outras providências.

Também foi criada a LEI Nº 4.835/2020, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar Convênio com o SEBRAE/PR, sendo o objeto do convênio a elaboração, pelo SEBRAE/PR, de carta-consulta a ser encaminhada pelo Município ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com o objetivo de viabilizar parceria entre o Município e a União para implantação da iniciativa denominada Agro+i - Parque de Inovação.

Por fim, e não menos importante, citamos a contratação do PLANO DE RETOMADA DA ECONOMIA, denominado PARANAVAÍ 5.0, que é um estudo das potencialidades do município para o cenário pós-pandemia.

#### ESPORTE E LAZER

“O que fazemos durante as horas de trabalho determina o que temos; o que fazemos nas horas de lazer determina o que somos”. ([Charles Schulz](#))

O mesmo raciocínio utilizado na área cultural deve ser aplicado quando falamos de investimentos públicos no esporte, ou seja, o profissional do segmento é meio para atingimento dos resultados (promoção da saúde aos munícipes através do esporte/lazer).

Com a implementação da Lei do Chamamento, que foi promulgada em 2016, mas que ainda não havia sido regulamentada em Paranavaí buscamos dar eficiência a aplicação dos recursos da secretaria de esporte, alternado drasticamente os valores destinados às entidades (uns para mais, outros para menos).

Com a nova política de democratização dos espaços públicos, várias atividades esportivas públicas e privadas foram levadas para praças do município.

Para que isso acontecesse, foi necessário reformar vários espaços públicos e adequá-los para as atividades físicas propostas pelo próprio poder público e, muitas vezes, pela própria população de forma independente.

Foi executado o calendário esportivo, conforme tabela a seguir:

Várias atividades foram levadas aos bairros através do projeto prefeitura nos bairros.

## SEGURANÇA E CIDADANIA

“Em última análise, a função-síntese do Estado é prestar esta segurança: é garantir todos os valores que informam e propiciam a convivência pacífica e harmoniosa entre indivíduos, entre grupos, dentro a nação e entre estados soberanos<sup>19</sup>”.

Para o leigo, contratação de pessoal, ou seja, aumentar o efetivo é a única medida efetiva quando se trata de segurança pública. Mas é preciso entender que a (in) segurança pública é efeito, portanto, temos que agir na causa.

Em criminologia<sup>20</sup>, existem inúmeras escolas e teorias sobre a “gênese do crime”, que não vem ao caso nesse trabalho, citaremos alguns pontos que utilizamos como referência, mas deixamos claro que não adotamos essa ou aquela teoria. Buscamos o que há de melhor em cada uma delas para criar algo adaptável a nossa realidade, com base na nossa experiência como Delegado Operacional durante anos em Paranavaí.

Assim como a saúde pública comumente é dividida em ATENÇÃO PRIMÁRIA, ATENÇÃO SECUNDÁRIA e ATENÇÃO TERCIÁRIA, para fins didáticos, é preciso dividir a prevenção criminal em PREVENÇÃO PRIMÁRIA, PREVENÇÃO SECUNDÁRIA e PREVENÇÃO TERCIÁRIA e analisarmos quais delas se encaixam nas atribuições de cada ente da federação, em especial dos municípios.

Certa vez, em uma reunião do núcleo de ensino de Paranavaí, fiz a seguinte analogia, para representar o ser humano e o criminoso:

---

19 MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. Direito Administrativo da Segurança Pública. In: Direito Administrativo da Ordem Pública. Rio de Janeiro: Forense, 1986. p. 110.

20 Ciência explicativa e compreensiva do crime (como fato humano individual biopsíquico) e da criminalidade (como fato social). Distingue-se da ciência do Direito Penal, visto que, enquanto esta última visa, principalmente, examinar as condições do enquadramento das condutas, previamente definidas como delituosas, a criminologia visa explicar e compreender essas condutas.



Imaginem uma mina d'água que verte a substância sem qualquer contaminação. Essa água límpida começa a correr pela superfície até encontrar a foz de algum rio, mas há um percurso enorme da nascente até a foz. A qualidade e as propriedades da água podem ser mantidas ou alteradas de acordo com as influências externas durante o esse percurso. Poluição e assoreamento são exemplos de fatos que alteram a qualidade da água de um rio. Mas perceba que, mesmo depois de poluído um rio pode ser tratado e voltar a ter aparência límpida e ser própria para consumo.

Da mesma forma, o ser humano não nasce criminoso e vai moldando seu caráter de acordo com as experiências e valores que lhe são ofertados durante a sua vida (percurso do rio) e, mesmo depois de entrar para o crime, pode ser objeto de recuperação (rio que passa por despoluição).

A divisão da prevenção criminal em camadas tem muito a ver com o momento em que ela age nesse percurso, mas é importante que se perceba que, quanto mais cedo essa interferência é realizada, mais tempo se demora para atingir os resultados pretendidos. Vamos voltar ao exemplo do rio para exemplificar:

Imagine um rio poluído na sua foz (que, na verdade, não passa de um grande “esgoto”) que passa por um processo de filtragem através de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) gigante. Por mais que o produto dessa ETE seja uma água límpida, ele não guarda as mesmas propriedades e, ainda, não se resolve o problema da poluição que acontece nos seus dezenas de quilômetros de extensão, causando problemas de saúde por onde passa.

Filtrar o rio é um processo que produz resultados imediatos (curto prazo) e coibir a poluição ao longo do rio demanda muito mais tempo, por ser um processo cultural.

Agora façamos o exercício mental de trocar o rio por um criminoso (pessoa poluída pelo mal). A ETE seria a prisão (que em tese deveria ressocializar o preso e devolvê-lo a sociedade em condições de conviver harmonicamente). A poluição seriam as influências que o cidadão teve e tem durante sua vida. Em suma, a pessoa nasce pura como a mina d'água, sofre influências positivas e negativas durante a vida e, caso chegue ao ponto de se transformar em um esgoto (criminoso) precisa ser tratada.

PREVENÇÃO PRIMÁRIA. Objetiva combater os fatores criminológicos antes de impactarem no indivíduo. Procura afastar fenômenos que possam direcionar a pessoa para o crime. Demanda muito investimento que garantam o mínimo existencial em termos culturais e materiais. Estamos falando de investimento em educação, cultura e assistência social, os dois primeiros, sobretudo, tem efeitos a longo prazo.

PREVENÇÃO SECUNDÁRIA. Age através de medidas direcionadas a cidadão com predisposição a criminalidade. Identificam-se os grupos de risco e busca-se a criação de mecanismos de dissuasão ou desencorajamento. Essas ações trazem resultados de médio e curto prazo.

PREVENÇÃO TERCIÁRIA. Trata-se de ação direcionada ao delinquente possuindo, portanto, destinatário específico.

Agora precisamos entender a estruturação do sistema de segurança pública em nosso País:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

(...)

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Lei 13.022/14. Art. 3º São princípios mínimos de atuação das guardas municipais:

- I - proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas;
- II - preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas;
- III - patrulhamento preventivo;
- IV - compromisso com a evolução social da comunidade; e
- V - uso progressivo da força.

Pois bem. Agora voltemos a classificação das diversas “fases” de prevenções criminais citadas no início desse capítulo, já adiantando que, embora o investimento em órgãos de segurança seja o caminho mais conhecido quando se fala em políticas de segurança pública, é preciso lembrar que temos outras dimensões e outros investimentos necessários para enfrentamento da criminalidade e prevenir o crime muito antes dele acontecer.

O município, através de suas atribuições e competências, pode investir em prevenção criminal PRIMÁRIA ao oferecer educação de qualidade, ao garantir acesso à cultura, emprego, alimentação e moradia, por exemplo, além dos cuidados com os espaços públicos. Mas, em se tratando de políticas com reflexos na segurança, muitas vezes, fazer errado é pior do que não fazer. Por essa razão, é preciso ter visão holística. A título de exemplo, a partir do momento em que o Poder Público passa para um assistencialismo desenfreado ou se equivoca na execução de programas, pode estar contribuindo para o aumento da criminalidade.

**PREVENÇÃO PRIMÁRIA X EDUCAÇÃO.** Cada vez mais, a educação deve se preocupar com a formação do cidadão, desenvolvendo competências que permitam um bom convívio em sociedade<sup>21</sup>. Seguindo esse preceito, adotamos sugestão do Juiz de Direito Roberto Ferreira Filho e incluímos as “práticas restaurativas”<sup>22</sup> entre as disciplinas da

---

<sup>21</sup> A educação é transformadora por excelência e se constitui numa via privilegiada para a formação humana. A importância da educação vai além da produção do conhecimento, pois ela permite o aperfeiçoamento pessoal, emocional, intelectual e profissional do homem. É preciso ensinar as futuras gerações para a vida e isso pressupõe uma Educação num sentido amplo, voltada para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, valores, princípios e virtudes que devem ser semeados em cada criança e adolescente. <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Educacao/Di%C3%A1logos%20e%20pr%C3%A1ticas%20restaurativas%20nas%20escolas%20%20Gui%C3%A1tico%20para%20educadores.pdf>

<sup>22</sup> Justiça Restaurativa é um processo através do qual todas as partes envolvidas em um ato que causou ofensa reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes desse ato e suas implicações para o futuro. BRANCHER, Leoberto. Manual de Práticas Restaurativas, PNUD, 2006. p. 21

educação municipal, projeto que diminuiu drasticamente os casos de violência nas escolas pois prepara o cidadão para buscar a solução pacífica de seus conflitos. As práticas restaurativas foram tratadas no capítulo que versou sobre a educação.

Ainda quando se fala de prevenção primária, é preciso trazer a importância do zelo pelos espaços públicos, para que os mesmos não passem a se tornar um ambiente propício para o crime. Para exemplificar, trazemos a teoria das janelas quebradas<sup>23</sup>:

Em 1969, na Universidade de Stanford (EUA), o Prof. Phillip Zimbardo realizou uma experiência de psicologia social. Deixou duas viaturas abandonadas na via pública, duas viaturas idênticas, da mesma marca, modelo e até cor. Uma deixou no Bronx, na altura uma zona pobre e conflituosa de Nova York e a outra em Palo Alto, uma zona rica e tranquila da Califórnia. Duas viaturas idênticas abandonadas, dois bairros com populações muito diferentes e uma equipe de especialistas em psicologia social estudando as condutas das pessoas em cada local. Resultou que a viatura abandonada no Bronx começou a ser vandalizada em poucas horas. Perdeu as rodas, o motor, os espelhos, o rádio, etc. Levaram tudo o que fosse aproveitável e aquilo que não puderam levar, destruíram. Contrariamente, a viatura abandonada em Palo Alto manteve-se intacta. É comum atribuir à pobreza as causas de delito. Atribuição em que coincidem as posições ideológicas mais conservadoras, (da direita e da esquerda). Contudo, a experiência em questão não terminou aí. Quando a viatura abandonada no Bronx já estava desfeita e a de Palo Alto estava há uma semana impecável, os investigadores partiram um vidro do automóvel de Palo Alto. O resultado foi que se desencadeou o mesmo processo que o do Bronx, e o roubo, a violência e o vandalismo reduziram o veículo ao mesmo estado que o do bairro pobre. Por quê que o vidro partido na viatura abandonada num bairro supostamente seguro, é capaz de disparar todo um processo delituoso? **Não se trata de pobreza.** Evidentemente é algo que tem que ver com a psicologia humana e com as relações sociais. Um vidro partido numa viatura abandonada **transmite uma ideia de deterioração, de desinteresse, de**

---

23 <http://www.dpi.policiacivil.pr.gov.br/arquivos/File/ateoriadasjanelaspartidas.pdf>

**despreocupação que vai quebrar os códigos de convivência, como de ausência de lei, de normas, de regras, como o "vale tudo."** Cada novo ataque que a viatura sofre reafirma e multiplica essa ideia, até que a escalada de atos cada vez piores, se torna incontrolável, desembocando numa violência irracional. Em experiências posteriores (James Q. Wilson e George Kelling), desenvolveram a 'Teoria das Janelas Partidas,' a mesma que de um ponto de vista criminalístico conclui que o delito é maior nas zonas onde o descuido, a sujeira, a desordem e o maltrato são maiores.

É por essa razão que espaços e parques abandonados têm passado por processos de revitalização e reforma, para espantar esse efeito psicológico permissivo e de desordem. Não, não é só uma “pinturinha” besta, é um projeto de segurança pública que já vem mostrando resultados, inclusive com valorização dos imóveis e geração de renda nos locais e áreas de influência dos imóveis revitalizados.

#### PREVENÇÃO SECUNDÁRIA X ÓRGÃOS DE SEGURANÇA

Não se discute a importância das Guardas Municipais na prevenção ao crime mas, quando se trata de prevenção é preciso somar esforços com os demais órgãos do sistema de segurança para atingir melhores resultados. Uma guarda bem treinada, com bons equipamentos e entrosada com Polícia Civil e Polícia Militar potencializa sua eficiência.

Para estruturação de uma unidade de pronta resposta foi adquirido PATRULHAMENTO DISTRITOS que deverá ser entregue até o dia 31 de outubro de 2020 (prazo previsto na licitação).

PREVENÇÃO TERCIÁRIA X UPPAR. Que o sistema prisional é falido ninguém discute. Aquilo que serviria para ressocializar o preso (função de prevenção especial da pena) para evitar a reincidência acaba tendo efeito inverso.

Muitas vezes se capacita os detidos para cometimento de crimes cada vez mais graves. Para minimizar esse problema foi instalada a UNIDADE DE PROGRESSÃO DE PARANAÍ (UPPAR) que reúne presos em um “regime *sui generis*” onde se permite o trabalho em serviços públicos durante o dia e o recolhimento em casa adaptada após o trabalho.

Os detentos são escolhidos através de rigorosa avaliação multidisciplinar, submetidas ao Ministério Público e ao Judiciário. Após detectado o perfil para trabalho externo o preso passa a integrar equipes das secretarias de infraestrutura, agricultura e meio ambiente do município. Já em execução, a segunda etapa conta com a instalação de uma máquina de fabricação de *paver* para que, dentro dos limites da própria unidade, presos de um segundo perfil possam produzir artefatos de concreto para utilização em obras públicas. Além da ressocialização há o aspecto da economia de recursos públicos.

### PREVENÇÃO TERCIÁRIA X MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS.

Em separado, precisamos trabalhar 3 (três) situações importantes e que merecem destaque:

CONSTRUÇÃO DA DELEGACIA CIDADÃ. Em fase final de aprovação de projetos (orçamento), deve ser construída no novo centro administrativo. Trabalharemos para que seja implantado um centro integrado de segurança pública.

PROGRAMA V.I.G.I.A.<sup>24</sup> Não obstante a ideia inicial de trazer um núcleo do DENARC para Paranavaí logramos êxito na instalação de uma base do V.I.G.I.A., cuja composição integra os seguintes órgãos: Polícia Federal, Polícia Militar do Paraná, BPFRON/PMMPR, Polícia Civil do Paraná, **DENARC/PCPR** de Maringá e Londrina e Exército Brasileiro. Na definição do Ministério da Justiça:

Dentro das prioridades de combate ao crime organizado, crimes violentos e corrupção, o Ministério da Justiça e Segurança Pública tem entre seus projetos estratégicos o Programa VIGIA. O objetivo é blindar o país da entrada de armas, drogas e produtos contrabandeados pelos cerca de 16 mil quilômetros de fronteira. Entre as linhas de atuação estão as operações integradas, aquisição de equipamentos, capacitações e bases operacionais com integração de sistemas.

---

<sup>24</sup><https://www.novo.justica.gov.br/news/programa-vigia-inaugura-base-integrada-em-querencia-do-norte-pr>

INSTITUTO DE CRIMINALÍSTICA. Dentro dos procedimentos de produção de provas criminais, o Instituto de Criminalística é responsável pela realização de perícias que visam determinar autoria e materialidade dos crimes. A demora dos resultados pode prejudicar a responsabilização e atrasar a conclusão de investigações criminais. Sabendo disso, nosso plano de Governo previa a instalação de uma seção do órgão em Paranavaí.

A instalação já foi anunciada e está em trâmite a doação de parte do terreno do antigo P.A. para que a sede do IML possa ser ampliada para abrigar o órgão.

#### SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE.

“Não existem problemas ambientais, existem apenas sintomas ambientais de problemas humanos”. (autor desconhecido)

Considerando os estudos de insolação feitos por órgãos especializados, Paranavaí possui uma localização privilegiada para produção de energia renovável através de usinas fotovoltaicas. Identificando esse potencial, investimos pesado na criação de um ambiente favorável a esse tipo de atividade.

Regularização do imóvel onde está instalada a BALFAR SOLAR. De maneira consensual conseguimos finalizar uma ação judicial que se arrastava há anos. Como contrapartida, a Balfar Solar instalou placas fotovoltaicas na Cooperativa de Catadores de Recicláveis, tornando-a autossuficiente em energia elétrica. Além dessa ação com reflexo direto no meio ambiente e redução dos custos operacionais da cooperativa.

Embora o assunto seja afeto ao capítulo do desenvolvimento econômico, a conclusão da lide com o conseqüente desembaraço do imóvel possibilitou o anúncio de milhões em investimentos da empresa Balfar Solar e a projeção de aumento de mais de 100 (cem) empregos.

USINA FOTOVOLTAICA. TRE. Fortalecendo a política de produção de energia renovável, o município de Paranavaí viabilizou a instalação da maior usina fotovoltaica de um órgão público do Brasil.

A obra da Justiça Eleitoral do Paraná, iniciada em janeiro de 2018, em um terreno de 28 mil metros quadrados doados pela Prefeitura de Paranavaí, teve um **custo total de R\$ 9,6 mi, dos quais 60% foram financiados com recursos próprios e 40% com emendas da bancada parlamentar do estado.** A energia produzida, que será abatida do consumo mensal do tribunal, será repassada para uma estação da Copel, situada a 800 metros do local.

**Em cerca de três anos, o empreendimento estará pago,** representando uma considerável economia para os cofres públicos e para o meio ambiente, pois trata-se de uma fonte de energia limpa e sustentável, que apesar do alto investimento inicial praticamente não requer manutenção<sup>25</sup>.

### 3. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS ESCOLAS.

**COLETA SELETIVA.** O município realiza a coleta seletiva em parceria com a COOPERVAÍ, entidade que teve vários investimentos públicos através de convênios e parcerias durante a nossa gestão. Através do trabalho do deputado Tião Medeiros vários equipamentos foram entregues à cooperativa, aumentando a sua capacidade de produção.

**LED.** Na primeira fase de troca das luminárias convencionais por LED, todo quadrante central foi contemplado com um investimento de mais de um milhão de reais. A segunda etapa a ser realizada com recursos liberados pelo Deputado Estadual Tião Medeiros, com uma cifra aproximada de dois milhões de reais.

**ATERRO.** A gestão do aterro sanitário possuía muitas inconsistências, tanto que muito lixo se acumulava fora da célula. Além de corrigir o problema, iniciamos a construção de uma nova célula para o aterro, garantindo a correta destinação para os próximos anos.

**BURACÃO VILA OPERÁRIA.** Um passivo ambiental de, pelo menos, 35 (trinta e cinco) anos, foi resolvido. Primeiramente com um programa de revitalização através do devido cercamento com alambrado, calçamento, arborização e controle. Em segundo lugar, a instalação de um ECOPONTO para separação correta dos resíduos que antes eram lançados

---

25 <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/usina-fotovoltaica-parana>



no lixão sem qualquer classificação. Para finalizar, realizamos um projeto de recuperação da área degradada com a construção de um parque, cujo recurso já está liberado pelo Governo do Estado através do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

**BOSQ UE – LAGO.** Em parceria com a Transresíduos, empresa de coleta de lixo, foi realizada a revitalização do bosque municipal. Com investimentos privados, foi possível recuperar toda a rede pluvial que estava rompida e a consequente reconstrução do lago interno do bosque.

**PARQUE OURO BRANCO.** Antes abandonado, hoje o Parque Ouro Branco tem uma realidade completamente diferente. Com pista de caminhada e amplamente frequentado por famílias, além da antiga parte, ganhou um lago e um pomar.

**PRAÇA DA XÍCARA.** Situada no centro da cidade, um monumento histórico em homenagem ao ciclo do café, também encontrava-se em situação de descaso e abandono. Foi completamente reformada e abrigou um dos maiores eventos públicos dos últimos tempos: “O FLASHBACK”.

**PRAÇA DOS PIONEIROS.** Embora tenha passado por uma recente reforma, dada a evolução geracional, que não usufrui dos espaços públicos com o mesmo comportamento de décadas atrás, realizamos um projeto de requalificação, alternando boa parte de sua utilização para atrelar o lazer ao desenvolvimento econômico da cidade. Além disso, a praça foi palco das comemorações do natal e do maior FEMUP das últimas décadas.

**LEGADO VERDE.** Pela primeira vez na história o município realizou uma campanha com ampla divulgação e fiscalização para incentivar o plantio e replantio de árvores no perímetro urbano. Além disso, o próprio município realizou o plantio de mudas em canteiros e avenidas em larga escala, muitas vezes contando com a participação da população.

**ECOPONTOS.** Outro problema crônico relacionado ao meio ambiente são os descartes irregulares. Embora nada justifique a ação de quem descarta lixo irregularmente pela cidade, é importante pensar em alternativas que possam acabar com o problema. Diante disso, após análise de casos de sucesso, o município criou o projeto de construção de vários ecopontos, distribuídos em regiões estratégicas para minimizar o problema.

Seguindo os mesmos tópicos do plano de governo de 2016, para a gestão 2021/2024 propomos as seguintes ações:

#### OBRIGAÇÕES DE CARÁTER GERAL:

Se você veio direto ao final, sugiro que retorne ao início e leia todo o plano apresentado, somente assim terá total consciência do planejamento e das premissas gerais da nossa administração.

Dentro disso, comprometemo-nos a fortalecer programas e parcerias já existentes em todas as áreas, o que não afasta a análise de conveniência e oportunidade (mérito do ato administrativo) que indique a necessidade de suspensão ou substituição dos programas já existentes por modelos melhores ou mais eficientes do ponto de vista político-social e administrativo.

Lembrando que a administração precisa ser resiliente e buscar inovação, adaptação e adequação a imprevistos que venham a ocorrer, nos moldes da teoria de Stanley McChrystal.

#### MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO

Buscar a otimização dos recursos através das seguintes medidas:

Manutenção da equipe técnica de secretários e adoção dos mesmos critérios de escolha em caso de substituição.

Alienação dos terrenos ociosos e melhoria na gestão dos recursos materiais, móveis e imóveis;

Trabalhar na implantação do TAXIGov, para diminuir os custos de manutenção de veículos e combustíveis, fomentando a atividade do transporte veicular;

Diminuição drástica dos aluguéis dos órgãos públicos;

Opção pela percepção dos vencimentos de Delegado de polícia;

Exercício de atividade pelo vice-prefeito que justifique a remuneração do cargo;

## **AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO**

Dar continuidade ao grande programa de recuperação e readequação das estradas rurais e implanta sistema de manutenção das estradas rurais.

Cascalhamento das estradas rurais;

Dar continuidade ao projeto do Parque Tecnológico Agro+i;

Concluir a regularização fundiária das demais vilas rurais;

Fomentar a produção agrícola e adotar as conclusões dos estudos encomendados à EMATER sobre a implantação do mercado rural;

Continuar incentivando as feiras livres;

## **ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Após finalização do restaurante popular, analisar a possibilidade de ampliação de refeitórios descentralizados;

Buscar recursos para construção de sede própria para o abrigo “anjo da guarda”;

Viabilizar a construção da vila do idoso;

Aperfeiçoar, ainda mais, a gestão da assistência social;

Impedir que a assistência social seja utilizada para clientelismo político;

## **CULTURA**

Continuar, em parceria com a educação, oferecendo aulas de músicas e arte nas escolas;

Após término das obras do teatro, realizar a modernização dos equipamentos;

Finalizar as obras da casa da cultura, modernizando sua fachada, haja vista que seu interior foi remodelado;

Dar prosseguimento no processo de construção do Centro Municipal de Cultura, a ser construído no novo Centro Administrativo;

Prosseguir com o fortalecimento dos festivais tradicionais, levando-os para perto do público, aproveitando as praças públicas;

Tornar o FLASHBACK na praça da xícara, evento oficial do município;

Incentivar a pintura de imóveis públicos como exposição de obras de artes;

Dotar os artistas dos conhecimentos necessários para, caso queiram, seja criado o IPAC (Instituto Paranavaí de Arte e Cultura);

## **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EMPREGO**

Dar continuidade na política de atração de novas empresas, que foi responsável pela vinda de novos empreendimentos para a cidade, tais como Havan, Supermercado Camilo, Revest, Renner, Agrocere PIC, etc.

Dar continuidade no fortalecimento do comércio local, fortalecendo os programas PARANAÍ 5.0, COMPRAS PÚBLICAS e BANCO DE GARANTIAS;

Buscar recursos junto aos Governos Estadual e Federal para a total pavimentação do distrito industrial do Sumaré, uma vez que os imóveis foram regularizados e várias novas empresas se instalaram no local. Ainda, buscar recursos nas instâncias superiores de Governo para criação de barracões industriais para pequenas empresas.

Fortalecer a parceria com o SENAC e continuar oferecendo cursos de qualificação de mão de obra e treinamento para criação de novos empreendimentos, sobretudo MEI's.

Finalizar os estudos para implantação do distrito industrial de Graciosa;

Aumentar os recursos disponíveis para créditos através do projeto do “banco de garantias”;

Proporcionar a exploração econômica de espaços públicos pela iniciativa privada;

Criação de polo de inovação e tecnologia, com mentorias e capacitações constantes às empresas do setor, com a intenção atrair empresas desse segmento.

## **EDUCAÇÃO**

Criar novas vagas de creches (Centro de Educação infantil) e organizar as existentes;

Concluir o processo licitatório da creche dos novos conjuntos;

Buscar soluções jurídicas para extensão do Vale-Alimentação para todos os profissionais da educação;

Fortalecer a parceria com as entidades conveniadas;

Buscar a melhoria contínua do ambiente de trabalho;

Reformar os equipamentos públicos não contemplados no primeiro mandato;

Concluir o programa de eficiência energética nas escolas e CMEIs;

Fortalecer, em parceria com a cultura, as oficinas de músicas nas escolas;

Implantar ações de informatização da prática pedagógica e inclusão digital do aluno.

## SAÚDE

Garantir e melhorar o acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, mediante aprimoramento da política de atenção primária e da atenção especializada.

Garantir o funcionamento das UBS e UPA em capacidade plena, com investimentos em recursos humanos, equipamentos e permanente capacitação.

Ampliar o atendimento reduzindo o tempo de espera na atenção especializada e cirurgias, que poderá ser em parceria com hospitais filantrópicos.

Credenciar hospital de referência para realização de vasectomia e laqueadura pelo município.

Disponibilizar pela UBS, exames laboratoriais mais complexos, para que sejam realizados dentro do prazo de 7 dias.

Aumentar a contrapartida do Consorcio Intermunicipal de Saúde para as consultas de especialidades e exames de diversas especialidades médicas.

Ampliar e reformar Unidades Básicas de Saúde (UBS) nos bairros onde há necessidade.

Aumentar o quantitativo de ambulâncias, garantindo serviço de manutenção preventiva e corretiva eficiente dos veículos.

Criar Banco de Coleta de Leite Municipal em parceria com a Santa Casa de Paranaíba, dando suporte maior para os bebês prematuros.

Criar o Centro de Atendimento à Saúde da Mulher que contaria com apoio de equipe multiprofissional de mastologista, endocrinologista, nutricionistas e psicólogos e de apoio diagnóstico com a realização de ultrassonografia obstétrica, transvaginal e de mama no mesmo espaço, ampliando desta forma a oferta destes serviços às usuárias. Este local ainda seria referência para o atendimento de mulheres e crianças vítimas de violência, contribuindo para a redução da vitimização destas.

Contratação de dois médicos de 6 horas para serem alocados em Unidades de maior fluxo e para cobrir férias, licenças e atestados dos médicos da Estratégia Saúde da Família;

Criar o Centro Especializado em Curativos, a qual teria equipe especializada e treinada em feridas, otimizando material de alto custo e trazendo resolutividade nas evoluções de feridas crônicas;

Ampliar o horário de atendimento de Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos bairros mais populosos e com maior demanda.

Implantação de um Centro de Referência para o Programa Multiprofissional de Tratamento de Obesidade, com estrutura adequada para atender pacientes com sobrepeso e obesidade.

O Centro contará com equipe multiprofissional, entre eles, médico endocrinologista, nutricionista, psicólogo, educador físico, fisioterapêutica e enfermeiro, além de equipamentos como balança de até 300 kg, bioimpedância, aparelho de pressão adequado ao obeso e aparelhos para atividade física.

Garantir atendimento médico de urgência nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para diminuir o fluxo de usuários para Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Contratação de mais duas equipes de saúde da família, uma para compor junto a Unidade Básica de Saúde Coloninha, e outra para compor na Unidade Básica de Saúde Zona Leste visto que são áreas que estão em expansão territorial com novas construções e conseqüentemente em expansão populacional;

Criação do Centro de referência para atendimento de pessoas com autismo, com equipe multidisciplinar, desde o diagnóstico até tratamento.

Implementar ações rígidas no combate à dengue, com apoio da população, Equipe do ESF e demais departamentos da Administração Municipal.



Atenção farmacêutica – Ampliar a cobertura de medicamentos disponibilizados e garantir o atendimento de 12 horas com equipe especializada.

Promover a atenção integral à saúde da população com ênfase nas áreas e populações de maior vulnerabilidade.

Criar programa integrado de atendimento aos dependentes e família de álcool e de outras drogas, que envolva atenção na área da saúde, educação, formação profissional, assistência jurídica e parceria com o terceiro setor como as comunidades terapêuticas.

Desenvolver campanha educativa em todas as escolas municipais, particulares, estaduais e federais de ensino básico, nas igrejas, clubes de serviços, objetivando a prevenção ao uso de drogas.

Articular políticas municipais na área da saúde, educação, assistência social, cultura e lazer para atendimento especializado aos idosos. Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas e estímulo ao envelhecimento ativo.

Criar um Centro de Saúde Multidisciplinar, voltada para a qualidade de vida, com ênfase na participação da população em geral, nas práticas de atividade física, readequação alimentar e avaliação médica, observando-se todas as faixas etárias e gêneros.

Implementar um projeto para aumentar a segurança no trânsito, prevenindo e combatendo a violência no trânsito, através da ação dos agentes de trânsito, Vigilância em Saúde e Estratégia Saúde da Família. Enfocar as consequências do uso de álcool e outras drogas x trânsito.

Administrar a saúde com resolutividade e transparência, eficiência do modelo de gestão, mantendo a credibilidade e respeito junto aos usuários e servidores.

Apoiar o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Unidade Hospitalar a utilizarem o mesmo prontuário eletrônico do município, para que o atendimento seja mais eficiente.

Valorizar e aperfeiçoar os Planos de cargos e salários dos servidores públicos da área da saúde com permanente capacitação.

Instituir câmara técnica entre a secretaria municipal de saúde (SMS) e os hospitais filantrópicos e sem fins lucrativos que atendem o Sistema Único de Saúde (SUS); rever as contratualizações; com o intuito de fortalecer a parceria e ampliação dos números de leitos hospitalares e a quantidade de cirurgias por especialidade.

Atuar junto à saúde suplementar (operadoras de planos de saúde) para melhoria do acesso e da qualidade do atendimento aos usuários deste sistema.

Atuar junto aos demais municípios da 14ª Regional no sentido de apoiar a organização do setor saúde em toda a região na expansão de serviços de média complexidade, com fortalecimento de atenção primária resolutiva; consórcio de saúde e rede hospitalar, contribuindo na regionalização e criando 5 polos de atendimento, na Rede de Urgência e Mãe Paranaense.

Fortalecer a gestão democrática e participativa da Saúde, garantindo a articulação com a sociedade, fortalecendo o conselho de saúde (Conselho Municipal).

Manter os programas da prefeitura que são bem avaliados e fortalecer a parceria com o Ministério da Saúde.

## **ESPORTE E LAZER**

Dar prosseguimento as reformas dos espaços públicos, finalizando o ginásio do Sumaré cujo recurso já está disponível, e aguarda regularização das matrículas dos imóveis.

Dar prosseguimento nos editais de chamamento, valorizando as modalidades que demonstrarem melhor desempenho na aplicação dos recursos oferecidos;

Oferecer, em conjunto com a cultura, eventos frequentes nos espaços públicos remodelados;

Ampliar o projeto Bolsa Atleta;

## **URBANISMO E INFRAESTRUTURA**

Dar continuidade ao projeto de melhoria constante da malha viária;  
Promover a pavimentação de, pelo menos, uma via de ligação entre Oásis e Morumbi;

Finalizar a ligação Simone x Renascer, dotando-a de pavimentação;  
Prosseguir com a ampliação das redes de águas pluviais e reforço das já existentes, nos pontos críticos;

Concluir o plano diretor, que teve as audiências públicas suspensas em razão da pandemia;

Concluir o plano de mobilidade urbana, que teve as audiências públicas suspensas em razão da pandemia;

Continuar com o projeto da nova concessão dos serviços de água e esgoto, estabelecendo como investimento inicial o saneamento básico dos novos conjuntos;

Investir em novas ciclovias;

## **SEGURANÇA E CIDADANIA**

Após finalizada a nova Delegacia de Polícia, buscar a criação de um centro integrado de segurança pública com sede no mesmo local, fortalecendo Guarda Municipal, Polícia Militar e Polícia Civil;

Com a diminuição considerável nos vandalismos em prédios públicos, fortaleceremos o policiamento nos espaços públicos com ampla frequência;

Instalação de novas câmeras com OCR nas entradas da cidade e nas vias de maior fluxo dos bairros (muralha digital);

Fortalecer o programa V.I.G.I.A na nossa região;

Ampliar o programa UPPAR (unidade de progressão de Paranavaí);

## **SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE.**

Continuar com o programa LEGADO VERDE, responsável pelo maior plantio público e privado de árvores no perímetro urbano da história;

Incentivar o turismo ecológico;

Buscar recursos junto ao Fundo Estadual do Meio Ambiente para construção de novos parques;

Fortalecer o convênio com a SPAP e dar continuidade ao recém implantado plano de castração continuada;

Treinamento específico da Guarda Municipal para atendimento a ocorrências de maus tratos aos animais;